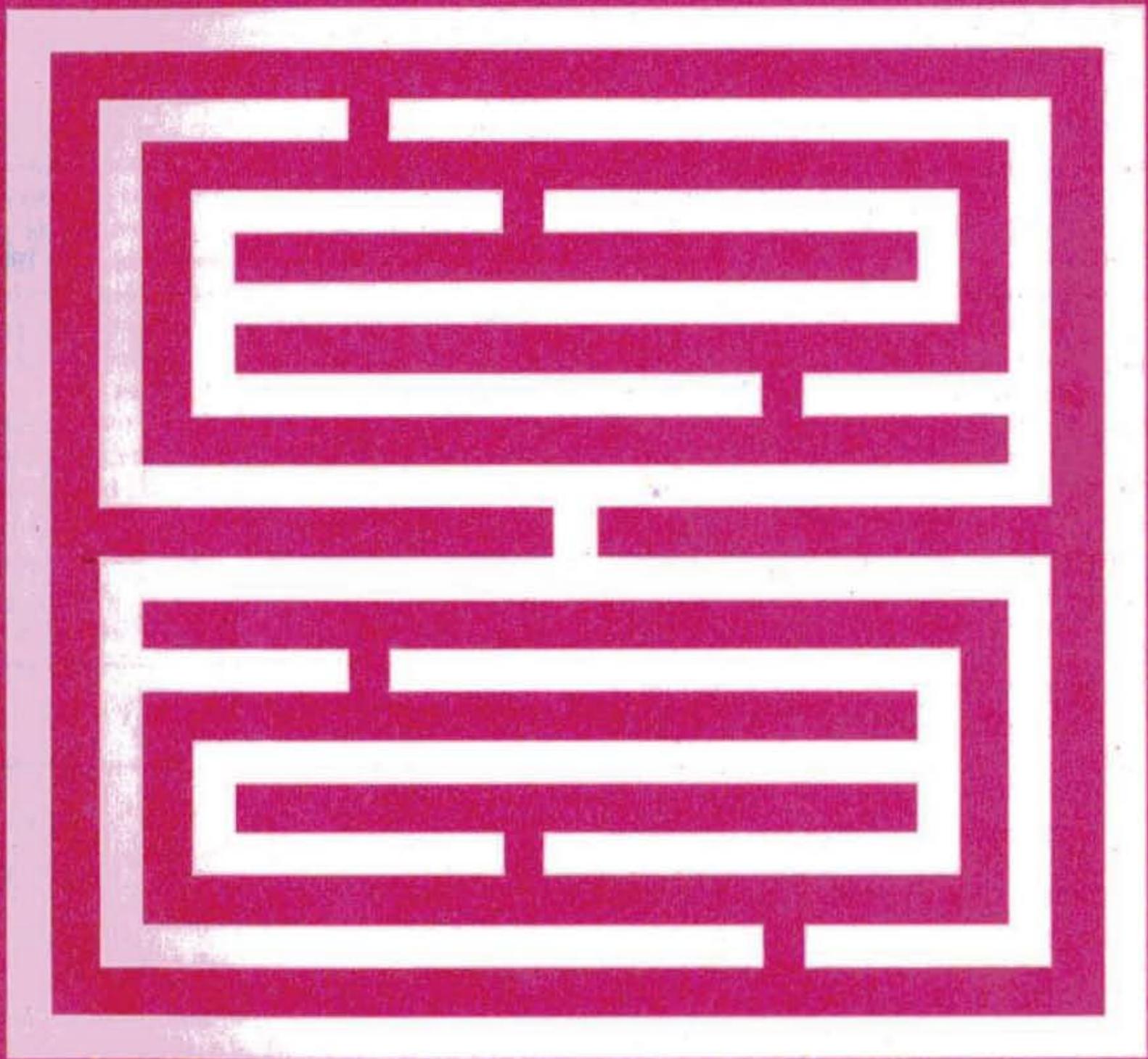


# convergência

ABR — 1989 — ANO XXIV — Nº 221



- 
- **PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL**  
Frei Hugo Fragoso, OFM — página 131
  - **A VERTENTE FEMININA DA IGREJA**  
Marcello Azevedo, SJ — página 166
-



**Diretor-Responsável:**  
Ir. Claudino Falquetto, FMS

**Redator-Responsável:**  
Padre Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12.679/78)

**Equipe de Programação:**  
Pe. Ático Fassini, MS  
Pe. Cleto Caliman, SDB  
Ir. Delir Brunelli, CF  
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

**Direção, Redação, Administração:**  
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

---

**Assinaturas para 1989**

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea .....	NCz\$ 19,85
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea .....	US\$ 48,00
Número avulso .....	NCz\$ 1,98

---

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

---

**Composição:** Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

**Fotocomposição:** Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

---

**Nossa capa**

Quer ser, figurativamente, o esboço da idéia de um labirinto, ou seja, coisa confusa, enigmática, enredada, tortuosa. Examinando, verá: este nosso destaque seletivo, mais do que arte, é artifício. **Convergência** é a revista da CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. E a CRB objetiva promover e animar a **Vida Religiosa**. Com generosidade semântica e imaginária, Você descobre, então, que o pensamento pressuposto como subjacente nesta figuração mental e em seu encadeamento com CRB, suas finalidades entitativas

e **CONVERGÊNCIA** é este: se a **Vida Religiosa**, humanamente, pode se aparentar com um labirinto, a CRB e sua revista querem apontar na direção da saída. As ciências, como parte da solução, enriquecem e aliviam a VR mas não a livram de navegar, na escuridão, pois nunca tornam o seu **REAL** plenamente transparente à razão. Há uma irreduzibilidade sem haver incompatibilidade. A VR envolve mistérios mas não comporta nenhum fantasma irreal ou impossível. Para quem tem **FÉ**, o próprio mistério engrandece a razão. A obscuridade tem sempre algo de grandioso. Pelos caminhos humanos da VR, quando iluminados pela **FÉ**, vão se formando linhas de predominância que dão ao enredado a direção dos fios e mapeiam os pontos referenciais que indicam a força de um projeto em sua globalidade e o tropismo imbatível para a luz da saída. **Convergência**, em 1989, quer lhe ajudar nesta perspectiva, aprofundando e ampliando a certeza de que só pela **FÉ** se pode abraçar as prepostas da Cruz, as aporias do Reino e os paradoxos da VR. Só pela **FÉ** se pode manifestar paz na consciência do mistério e serena convivência com ele. Deus confirme, com sua bênção, nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

---

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

---

## SUMÁRIO

---

EDITORIAL.....	129
PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL Frei Hugo Fragoso, OFM .....	131
A EVANGELIZAÇÃO NA ERA DA INFORMÁTICA: DESAFIO À VIDA RELIGIOSA Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR .....	149
A VERTENTE FEMININA DA IGREJA Marcello Azevedo, SJ .....	166
A ESPIRITUALIDADE ESCALABRINIANA NO CENTENÁRIO DA OBRA NO BRASIL Riolando Azzi.....	176

# EDITORIAL

No contexto das celebrações pascais a Igreja no Brasil olha mais uma vez esperançosa para seus Pastores. Congregados na 27ª Assembléia Geral da CNBB, de 4 a 14 de abril de 1989, em Itaici, estarão estudando o tema central "Exigências éticas e nova ordem institucional". O tema remete à urgente necessidade de sublinhar os grandes valores morais da vida, da convivência humana, cidadania, família, serviço público, honestidade e verdade que devem compor a "alma" da nova ordem constitucional de nosso país. Outros temas de destaque farão parte das preocupações de nosso Episcopado, conforme o estabelecido pelo Conselho Permanente da CNBB em novembro de 1988.

Mais uma vez nossos Bispos se sentem desafiados pela realidade brasileira atual. E como Pastores, querem analisá-la à luz do Evangelho e indicar pistas de ação eclesial para uma resposta pastoral adequada aos apelos angustiados do povo. É a dinâmica da Páscoa do Senhor que assim vai suscitando vida nova.

A 27ª Assembléia também terá um tempo de espiritualidade sobre o tema "Comunhão, colegialidade e fraternidade episcopal", a ser desenvolvido pelo Cardeal Dom Aloisio Lorscheider, OFM. Esse tema tem dupla ressonância eclesial.

Por um lado, o Povo de Deus e os próprios Bispos estão sensíveis à urgência de um diálogo mais profundo e fraterno dos Bispos entre si. Diálogo onde aflorem os testemunhos de vida de bom pastor mas também as tensões, dificuldades e tropeços na caminhada da Igreja no Brasil, para uma justa superação. Compreende-se que haja distintos modos de ver e reagir e distintas opções face aos desafios da realidade. O que nunca pode faltar é a "comunhão, colegialidade e fraternidade episcopal". Nisso vai o dinamismo do Espírito que sopra onde e como quer, mas sempre atuando dentro da unidade do único projeto do Pai em Cristo. E nisso vai também a credibilidade da própria Igreja frente ao mundo.

Por outro, o tema "colegialidade episcopal" é hoje balançado fortemente na Igreja. A Sé Apostólica enviou há algum tempo, às diferentes Conferências Episcopais, um "Instrumentum laboris" sobre o "Status teológico-jurídico das Conferências Episcopais", para que fosse objeto de estudo e consulta. A Presidência da CNBB elaborou uma síntese das respostas dos Regionais da CNBB e de Bispos a respeito. E solicitou a um grupo de teólogos e juristas a elaboração de um comentário relativo ao texto da Santa Sé. Desse comentário foram extraídas algumas propostas,

apreciadas e aprovadas pelo Conselho Permanente, em novembro último. Entre outras coisas se pede à Santa Sé que se aprofunde o relacionamento entre colegialidade afetiva e efetiva; o relacionamento entre o teológico, o jurídico e o pastoral na questão da colegialidade; o papel sócio-crítico-profético das Conferências Episcopais no mundo atual; a história, o sentido e a práxis das Conferências como expressão de colegialidade e comunhão; o valor da função magisterial das Conferências. E se pede, por fim, um novo texto a respeito, com as contribuições provenientes das Conferências Episcopais. Essa gama de propostas e seu teor expressa a grandeza da causa em jogo, e a pluralidade de reações ao documento, num momento em que se pretende esvaziar ou restringir o papel das Conferências Episcopais "como expressão peculiar e órgão particularmente apropriado dessa colegialidade" (JOÃO PAULO II, aos Bispos, em Fortaleza, 10/7/1980).

A CNBB muito fez pela comunhão entre Bispos com o Papa. A ela muito deve a Igreja no Brasil, por sua clarividência e firmeza de orientação evangélicas na Pastoral de Conjunto. Não pode ser reduzida a mero ponto de encontro para troca de experiências

e informações. A ela cabe antes, em comunhão com Roma, um papel insubstituível, com autoridade doutrinal e pastoral assentada teologicamente na longa prática da Igreja e nas recentes asserções do Vaticano II. Papel que, sem afetar a autoridade própria de cada Bispo, não se encontra em nenhum Bispo individualmente tomado. O Episcopado brasileiro tem na CNBB a melhor expressão do exercício de sua colegialidade.

Com razão, pois, o Povo de Deus olha para esta Assembléia. Que por ela o Espírito do Senhor suscite novos frutos de vida eclesial no Brasil.

CONVERGÊNCIA apresenta:  
"PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL", de Frei HUGO FRAGOSO, OFM; "A EVANGELIZAÇÃO NA ERA DA INFORMÁTICA: DESAFIO À VIDA RELIGIOSA", de Pe. PEDRINHO A. GUARESCHI, CSSR; "A VERTENTE FEMININA DA IGREJA", de Pe. MARCELLO AZEVEDO, SJ; e "A ESPIRITUALIDADE ESCALABRINIANA NO CENTENÁRIO DA OBRA NO BRASIL", de Prof. RIO-LANDO AZZI.

FELIZ PÁSCOA no Senhor!

**Pe. Atico Fassini, MS**

---

Todo(a) Religioso(a) vive entre os seus semelhantes. Mas o seu modo de viver é o da convivência com Deus (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL

*Quando a evangelização, mesmo animada  
dos mais elevados propósitos,  
se vincula ao poder econômico ou político,  
passa em grande parte a ser  
instrumentalizada a serviço dos interesses desse poder.*

**Frei Hugo Fragoso, OFM**

Falar em primeira evangelização envolve implicitamente a referência a uma segunda evangelização ou a evangelizações posteriores. Como primeira evangelização, comumente convencionou-se chamar a ação evangelizadora iniciada nos primórdios de nossa colonização. Até quando se estenderia o período dessa primeira evangelização? A resposta depende muito do prisma através do qual se queira encarar a questão. Se tomarmos por primeira evangelização aquela que esteve vinculada ao projeto político-colonial português, terminaria essa evangelização logicamente com o fim do período convencional de nossa colônia, ou seja, entre 1808 e 1822. Mas se tomamos por primeira evangelização aquela vinculada a projetos sob dependência de centros exteriores de comando, e em que o nosso povo não seria o protagonista principal de sua própria evangelização — em tal caso,

a primeira evangelização se estenderia até quase o Concílio Vaticano II.

Sob este último prisma, poderíamos distinguir três diferentes projetos de evangelização em nossa história: o projeto colonial, o projeto romano-europeu, e o projeto latino-americano.

O projeto colonial resumia-se nestes termos: levar o evangelho aos povos infiéis (índios e negros), dentro do plano da expansão político-colonial do Império cristão português. Historicamente este projeto tinha como lema "DILATAR A FÉ E O IMPÉRIO".

O projeto romano-europeu se propunha completar a passada evangelização, mediante a doutrinação catequética e maior participação nos sacramentos. E isso, sob a dependência e o controle da "matriz" evangelizadora européia. Era

o sistema próprio dos "países de missão", que fazia o país evangelizando depender também de outros centros de decisões, situados nos países europeus, de onde procediam os missionários.

O projeto latino-americano surge a partir do Concílio Vaticano II, ou melhor, de sua concretização em Medellin. Este projeto assim se autodefine: fazer com que o grupo humano reflita sua situação histórica concreta, à luz do Cristo e do seu Evangelho. Ele se volta portanto, para a nossa realidade específica de América Latina, e confere papel importante, como protagonista principal, à Igreja local.

Os dois primeiros projetos envolvem, pois, uma dependência política, cultural e religiosa de "metrópoles" além das fronteiras de nossa realidade brasileira. Poder-se-ia englobá-los num único projeto "colonial": o projeto do colonialismo político e o projeto do colonialismo religioso-cultural. Neste sentido, a primeira evangelização viria até Medellin, quando a Igreja latino-americana se propõe encetar uma NOVA EVANGELIZAÇÃO.

## **I. PROJETO COLONIAL DE EVANGELIZAÇÃO**

O Projeto colonial de evangelização não foi elaborado com a "descoberta" do Brasil, mas foi produto de uma longa caminhada de Portugal, na sua evolução conjunta com a Cristandade medieval européia.

## **Um evangelho trazido no bojo de uma cruzada**

Este projeto colonial consistia em LEVAR O EVANGELHO AOS POVOS INFIÉIS, dentro do plano de expansão política do Império cristão português. Seu lema era "DILATAR A FÉ E O IMPÉRIO".

A vinculação da atividade evangelizadora com o expansionismo colonial português, foi resultante de um longo processo interno de Portugal.

Lembremos que Portugal nasceu, em 1140, após uma prolongada gestação dentro de uma "guerra santa" contra os mouros, que desde 711 ocupavam sua terra pátria. Um multissecular conflito desenvolveu-se entre os cristãos portugueses e os "infiéis" maometanos, numa espécie de cruzada interna. No ano de 1415, Portugal, após ter expulso os mouros de seu próprio território, finca pé no Norte da África, apoderando-se da cidade de Ceuta. Com isso a sobredita guerra "santa" vai ter continuidade no interior da própria África. É neste avanço pela costa do continente africano, numa cruzada em direção às Índias, que os portugueses chegam até o Brasil.

Por outras palavras, A CONQUISTA DO BRASIL FOI UM PROLONGAMENTO DA CRUZADA PORTUGUESA CONTRA OS MOUROS.

Tal cruzada vai dar toda uma coloração "guerreira" ao projeto evangelizador que dela brota. Este

condicionamento fez com que o Evangelho, que devia ser uma PROPOSTA DE FÉ, se convertesse numa verdadeira IMPOSIÇÃO DA FÉ dos conquistadores.

### **Um "Evangelho" que já estava presente entre os índios?**

Dentro do contexto da época, evidentemente não se levantaria esse problema. Para os evangelizadores de então, eles "traziam" o Evangelho, pois, só os cristãos eram "possuidores" da Boa Nova de Cristo. Daí, eles não percebiam nos índios "pagãos" todo um conjunto de valores de que eles eram portadores, como fraternidade, igualdade, solidariedade, partilha, autoridade como serviço, respeito à dignidade da pessoa humana, valorização da vida, atenção especial às crianças e velhos... Essa realidade vivencial dos índios não era percebida como a presença de um Evangelho "implícito", na expectativa de sua explicitação pela Palavra viva, como diríamos nós hoje.

Para os evangelizadores europeus de então, os índios não eram possuidores de valores religiosos ou culturais, a não ser uma "capacidade receptiva" para a Religião e a cultura. Tornou-se proverbial nos documentos dos missionários do período colonial, a alegação de que o alfabeto dos índios não tinha as letras F, L e R, o que queria expressar que eles não tinham Fé, nem nenhuma crença numa divindade superior; não tinham Lei, seguindo seus próprios instintos, como os brutos e irracionais; não ti-

nham Rei, ou alguma forma de sociedade organizada...

### **Eliminar os "ritos gentílicos" e os "costumes bárbaros"**

Diante desse pressuposto sustentado pelos missionários, os índios não eram apenas tábua rasa, onde se pudesse escrever o Evangelho, mas estavam possuídos do demônio, realidade essa que se expressava por seus "costumes bárbaros" e seus "ritos gentílicos". Daí ser necessário, como primeira tarefa do evangelizador, mudar ou eliminar os costumes indígenas, considerados como "bárbaros", a partir da ótica do europeu.

Para que os índios pudessem ser afastados dos "ritos gentílicos" e de seu modo de viver "bárbaro", a fim de poderem ser educados no Evangelho, era preciso arrancá-los dos "matos" onde viviam, reuni-los em aldeamentos ou "missões", destribalizá-los, fazendo-os viver em sociedade; civilizá-los, ensinando-lhes a língua portuguesa (língua de cristãos) e a forma de viver dos cristãos (europeus); e por fim, evangelizá-los, ensinando-lhes a "doutrina cristã", a observância da moral cristã, as orações e a prática dos sacramentos.

É de notar que sob o nome de "costumes bárbaros", além de certas práticas indígenas que chocavam os evangelizadores europeus (como a antropofagia e o nudismo dos índios), atingia-se todo um conjunto de costumes característicos da cultura indígena. Em grande parte, identificavam-se "costumes cristãos" com "costumes europeus".

O mesmo se deve lembrar no que toca aos "ritos gentílicos", pois, partindo do pressuposto de que os índios não tinham uma religião, os evangelizadores identificariam facilmente o que eles consideravam de costumes "bárbaros" com o que lhes parecia ser "ritos gentílicos".

### **"Submeter" os índios a Deus e ao rei**

Todo esse projeto evangelizador estava indissolivelmente vinculado ao projeto colonial, projeto esse que se resumia no lema: "DILATAR A FÉ E O IMPÉRIO". Essa união se resumia na expressão referente à tarefa específica dos evangelizadores. **"SUBMETER" OS ÍNDIOS A DEUS E AO REI.** Não se concebia uma evangelização que não viesse acompanhada da missão de "submeter" os índios à Sua Majestade Fidelíssima, a quem os Papas conferiram o encargo de ser o primeiro e principal responsável pela evangelização no Além-Mar. Esse direito estava incluído no conjunto de atribuições do Padroado Régio, concedido pelos sumos Pontífices aos Reis de Portugal. Entre essas atribuições estava também o direito de apresentar os candidatos para bispos no Brasil, e o dever de sustentar todo o "ônus" da Evangelização. Podemos dizer que **A EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL ERA UM DEVER PRIORITÁRIO DOS REIS DE PORTUGAL.**

Todo esse contexto colonial dá uma coloração ao "submeter os índios a Deus", como uma verdadeira imposição da Fé dos conquista-

dores, dentro do prisma dos interesses da Coroa portuguesa.

### **O reino de Portugal considerado como Reino de Cristo**

A expansão política do Império português era vista como uma encarnação e ampliação do Reino de Cristo, conforme bem explicitava o Pe. Antônio Vieira. Os Reis de Portugal tinham o dever de expandir as fronteiras do Evangelho, não apenas como obrigação imposta pelos Papas, mas como uma missão confiada pelo próprio Jesus Cristo. E tal missão foi confiada aos Reis de Portugal quando Cristo "apareceu" a D. Afonso Henriques, fundador da nacionalidade portuguesa. Foi na batalha do Campo de Ourique, contra os maometanos, em 1139, que Cristo "prometeu" que haveria de fundar o seu reino em Portugal, e através de Portugal. Esta mística, de que o Pe. Vieira é porta-voz, dava uma "sacralidade" máxima à política expansionista portuguesa. E ao mesmo tempo fazia radicar no próprio Cristo o direito dos Reis de Portugal, de conquistarem as terras dos índios, e de fazê-los seus súditos, com tudo que isso envolvia no domínio político e cultural.

### **Trazer os negros para o Evangelho**

Se aos índios se ia "levar" o Evangelho, aos negros "se trazia" para o Evangelho.

O projeto colonial visara construir o edifício do Império cristão português. Para tal construção os

índios ofereceriam suas terras e serviriam de mão de obra para sua edificação. No entanto, a mão de obra indígena, só em parte poderia ser "juridicamente escrava". Mas tinham os conquistadores necessidade de mão de obra escrava especial, sendo para isso canalizados os negros da África, como esses "constructores" escravos do Império cristão português.

Toda essa construção era sacralizada pelo processo evangelizador, que se fundamentava nos objetivos cristãos de tal Império.

Argumentava-se que seria um "bem maior" para os negros receberem eles a luz do Evangelho e a luz da civilização, bem este que compensava a perda da liberdade. Era preferível a salvação da alma, embora passando pelo Purgatório da escravidão, desde que através desse Purgatório, eles conseguiriam a felicidade na "outra vida".

Foi sobretudo a evangelização dos negros que mais foi afetada pelo projeto colonial, fazendo com que a PROPOSTA DE FÉ do Evangelho se transformasse realmente numa IMPOSIÇÃO DA FÉ dos dominadores.

É de notar que não houve um plano coordenado de evangelização dos negros como havia para os índios. A evangelização dos negros era, por assim dizer, um apêndice da pastoral dos brancos, como inserção na família patriarcal. Sendo os escravos considerados um prolongamento da família dos patrões, sua evangelização estava sob a res-

ponsabilidade precípua dos seus "segundos pais".

### **Um Evangelho segundo os brancos**

Tomando em consideração todo esse contexto do projeto colonial a que estava vinculada a evangelização dos negros, podemos assim caracterizar o Evangelho que lhes foi pregado.

— um Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo **SEGUNDO OS BRANCOS**, no sentido em que a BOA NOVA de Cristo era monopolizada para os interesses dos brancos, instrumentalizando os negros para essa boa nova;

— um Evangelho que envolvia na sua realidade concreta, uma verdadeira **MÁ NOTÍCIA** para os negros, pois lhes arrancava a liberdade, despojava-os de todos os seus valores culturais, arrancava-os de seu solo nativo, destroçava suas relações tribais, étnicas e familiares...

— um Evangelho que **LEGITIMAVA A ESCRAVIDÃO À LUZ DA PALAVRA DE DEUS** e de uma vocação divina dos negros para o estado servil;

— um Evangelho da **CONFORMIDADE COM A ESCRAVIDÃO**, como meio de conseguir a salvação eterna, à maneira de um longo Purgatório, através do qual deviam passar a fim de chegarem ao Céu;

— um Evangelho que **SUBLIMAVA O SOFRIMENTO DA ESCRAVIDÃO**, como sendo imitação

dos sofrimentos de Cristo em sua Paixão redentora;

— um Evangelho da CRUZ DISSOCIADA DA RESSURREIÇÃO, de sorte que os negros tinham de rezar os mistérios dolorosos nesta vida, reservando-se a recitação dos mistérios gozosos para “a outra vida”;

— um Evangelho que apresentava O CRISTO SOFREDOR COMO MODELO DO ESCRAVO NEGRO em seu sofrimento, mas não como modelo do patrão branco em sua vida cristã;

— um Evangelho que, em seu contexto histórico, era mais IMPOSIÇÃO DA FORÇA, a qual soava ironicamente como BOA NOVA AOS NEGROS...

### **Posição dos negros na Igreja dos brancos**

Qual seria a posição do escravo negro ou do negro liberto no âmbito da Igreja dos brancos, podemos assim resumir-la:

— a posição dos escravos negros na comunidade eclesial correspondia à sua posição na sociedade colonial: um membro de 2ª categoria;

— os escravos negros e os negros libertos, embora cristãos pelo batismo, eram tratados no entanto como cristãos de nível inferior;

— os negros batizados, embora purificados da mancha de Adão (pecado original), não eram purificados da mancha de Cam, ou seja, da nódoa de sua origem negra, e de sua “infâmia” por descenderem de um “povo infiel”;

— na comunidade eclesial, os negros eram tratados como filhos

adotivos, e não como verdadeiros filhos “legítimos”;

— os negros, apesar de introduzidos pelo batismo, na comunhão dos filhos de Deus e de irmãos em Jesus Cristo, no entanto estavam proibidos de subirem até o altar de Deus como sacerdotes, ou entrarem na intimidade com Deus na vida religiosa.

### **Os “donos” do Evangelho**

Diante desses “povos infiéis” (índios e negros), os brancos portugueses ou brasileiros se colocavam como “portadores do Evangelho”. Sua autoconsciência de evangelizadores assim se poderia resumir:

— os brancos tinham uma autoconsciência de já possuírem o Evangelho como um bem patrimonial da nação portuguesa;

— a conotação de “cristãos velhos” que lhes conferia o Direito Canônico de então, queria justamente significar que eles não eram “neófitos” (novos cristãos), mas um “povo cristão” que de há muitos séculos fazia parte integrante da Cristandade européia;

— ser português (branco) e ser cristão eram dois conceitos indissoluvelmente unidos, de tal modo que não se concebia um português que não fosse cristão, e ao qual portanto, ainda se devesse fazer uma proposta de aceitação do Evangelho;

— o Evangelho era transmitido como por um processo de herança familiar, onde os recém-nascidos já tinham implicitamente o Evangelho

por nascerem de uma família cristã;

— consequência de tudo isso era que os brancos não eram colocados diante da opção evangélica, diante de um processo de “conversão”, mas já eram considerados “convertidos”. Quem devia “converter-se” eram os índios e os negros que vinham de “povos infiéis”.

## II. PROJETO ROMANO-EUROPEU

Com a Independência política do Brasil, se proclamará na Constituição do Império, que a Religião Católica “continua” a ser a religião oficial do Brasil. E igualmente, continuará a Igreja brasileira sob o Padroado Régio, mas agora, dos Imperadores do Império da Santa Cruz. Essas duas estruturas básicas em que se situará o processo de evangelização, vão continuar vinculando a evangelização ao poder político do Estado. No entanto, vai entrar em jogo um outro fator que tinha até então, desempenhado um papel secundário: Roma. Dois acontecimentos contribuem para isso. Primeiramente, o nacionalismo forte do nosso Império que consegue “herdar” o direito do Padroado Régio português, quase que o “extorquindo à força” da Santa Sé. Em segundo lugar, o processo de centralização romana, que se processará mais fortemente a partir do fim da guerra napoleônica.

### **As linhas de evangelização não mudam com a independência**

Com o término de nosso período colonial, o projeto de evangelização

sofreu muito pouca alteração, pois a persistência do Padroado Régio e a continuação da Religião Católica como religião do governo, só fizeram mudar praticamente o centro de decisão: de Lisboa para o Rio de Janeiro. As mesmas linhas diretivas do projeto colonial de evangelização irão continuar, embora o prisma “missionário”, referente aos índios, tenha bem maior importância que no período colonial ante-pombalino. Mas, na prática, o “projeto imperial” pretende agregar o índio como mão de obra na construção do Império da Santa Cruz ao invés do antigo Império português. Os índios continuam a ser vistos como “bárbaros” que devem ser trazidos à luz da civilização. E a atividade evangelizadora está intimamente vinculada ao projeto do governo imperial, de tal modo que o “cristianizar” que antes pressupunha o “aportuguesamento”, agora pressupõe o “abrasileiramento”. Não se concebe uma Boa Nova específica dentro da “indianidade”, mas apenas uma boa nova trans-histórica universal.

No que tange ao negro, nada de novo é acrescentado no início do Império, seja quanto ao tráfico negreiro da África, seja quanto à liberdade dos negros, de tal modo que o método de evangelização, dentro desse contexto, é o mesmo que no período anterior da Colônia.

Após a proibição do tráfico (1831 e 1850), o mesmo Evangelho de que falamos anteriormente — “EVANGELHO SEGUNDO OS BRANCOS” —, continua a ser

pregado aos negros. E a inserção dos negros na comunidade eclesial não sofre alteração, continuando os negros como cristãos de 2ª categoria, e igualmente aliçados do acesso ao sacerdócio e à vida religiosa. Em suma, o Evangelho não passou a soar como BOA NOVA dentro da negritude, mas continuou com o mesmo timbre de MÁ NOTÍCIA para o negro enquanto negro.

### **Surge um novo projeto a partir de Roma.**

Para contrabalançar esse projeto imperial de evangelização, sob a égide do Padroado Régio, que dava ênfase a uma afirmação nacionalista — submetendo a Igreja do Brasil a uma dependência do governo imperial —, a Sé Romana procurou estabelecer um “novo” projeto de evangelização, a partir do “centro de unidade e ortodoxia” romana. Os propugnadores principais dessa evangelização vão ser os bispos brasileiros mais afinados com a orientação de Roma (bispos reformadores) e os religiosos mais ligados aos centros europeus, como o eram durante o Império os capuchinhos e lazaristas de modo especial.

Esse projeto que se desenvolve sobretudo a partir do 2º Império, sofre um duro enfrentamento com o governo imperial na Questão dos Bispos (1872 a 1875), como consequência das atribuições do governo decorrente do Padroado Régio. Com o advento da República, tendo sido abolido o referido Padroado, e com ele o controle do Estado sobre a Igreja, a Santa Sé assume

o comando total das decisões desse “novo” projeto que agora vai melhor se afirmar e se definir.

Papel importantíssimo neste projeto “europeizante” vão desenvolver as Ordens e Congregações religiosas vindas da Europa. Além das que vêm com o objetivo de restaurar as antigas Ordens aqui existentes, há todo um movimento missionário que já foi classificado como “invasão européia” diante das facilidades proporcionadas pela República.

É de lembrar que todo esse fluxo missionário acompanha o surto de neocolonialismo europeu, o movimento emigratório e a orientação missionológica da Sé Romana.

### **Linhas básicas desse novo projeto**

O projeto romano partia do pressuposto de que a evangelização até então processada, tinha ficado apenas na superfície. A grande maioria do povo era cristão apenas de batismo. A ignorância religiosa e as conseqüentes superstições populares exigiam um esforço ingente da parte dos evangelizadores.

A primeira exigência que se fazia era do ensino catequético como uma das prioridades do processo evangelizador, ou do aprofundamento doutrinal. Intimamente unido a este objetivo estava o de levar o povo a uma maior participação sacramental. Para melhor se conseguir estes dois objetivos, deviam os fiéis ser mobilizados em associações religiosas, como espaço evan-

gelizador e como meio de maior vivência sacramental.

As linhas básicas desse projeto romano não diferiam muito do projeto evangelizador do período colonial, enquanto fora este elaborado pelos homens de Igreja. Não há nenhum enfoque especial em uma Boa Nova aos negros em sua "negritude", ou aos índios em sua "indianidade". Igualmente para os pobres e marginalizados em geral, prega-se um Evangelho da Cruz dissociada da Ressurreição.

O povo é objeto direto da evangelização e não um protagonista envolvido no processo evangelizador. O Brasil é visto em grande parte como "terra de missão", e por conseguinte, dependente da Matriz evangelizadora européia.

### **O Clero como instrumento prioritário da evangelização**

A inspiração do projeto romano era o Concílio de Trento. E por isso se dava uma ênfase fundamental ao clero como instrumento prioritário da Evangelização. E daí também se dava um acento todo especial às vocações sacerdotais, como pressuposto dessa ação evangelizadora.

Era uma orientação de setores da Santa Sé insistir nas vocações "nativas", em vista de uma revitalização da Igreja brasileira. Sucedia porém, que a crise religiosa por que passara o Brasil durante o Império, criara uma suspeição sobre o clero brasileiro, como um clero em grande parte "patriarcal". Igualmente, no que toca aos religiosos,

achava-se, com grande pessimismo, que os brasileiros não se adaptavam às exigências da vida religiosa. Diante disso, houve em grande parte uma como que sentença de que os brasileiros "não davam para padres ou religiosos". A não ser os brasileiros descendentes de alemães ou italianos.

Essa realidade levou a uma europeização do processo evangelizador, que se agrava com o fato de que quase todas as Ordens e Congregações Religiosas tinham seu centro de decisão na Europa, ficando os religiosos sediados no Brasil, vinculados à Mãe Província na Europa, como que por um cordão umbilical. Isso envolvia uma grave consequência para a evangelização, uma vez que não havia sintonia entre os métodos de evangelização dos religiosos europeus e a pastoral de conjunto dos nossos Bispos. Tal fato foi denunciado, desde o início do século, por D. Arcoverde que acusava os evangelizadores europeus de estarem caracterizando a fisionomia religiosa do Brasil. Por isso chegou D. Arcoverde, à frente do episcopado das províncias meridionais do Brasil, a insistir na fundação de Congregações diocesanas brasileiras que salvassem nossa religiosidade "tradicional".

### **Despertar de uma nova consciência evangelizadora**

Além dessa tomada de consciência de setores de nosso episcopado, no que se refere a um processo evangelizador, procurando uma maior corresponsabilidade da Igre-

ja local e uma maior coordenação pastoral enfocando os nossos problemas específicos do Brasil — três outros fatores contribuíram para um despertar de uma nova consciência evangelizadora.

O primeiro fator foi a mudança de orientação missionológica da Propaganda Fide, sob o pontificado de Pio XI. Passou-se a dar um acento todo especial à “adaptação cultural” no processo evangelizador, e à constituição de uma hierarquia “nativa” que desse mais corresponsabilidade e até mais autonomia no comando desse processo evangelizador. O segundo fator foi a Ação Católica, também organizada sob o papa Pio XI, a qual, envolvendo os leigos no processo evangelizador, veio dar nova consciência de corresponsabilidade às Igrejas locais e “deseuropeizar”, em grande parte, o referido processo; além do que, a Ação Católica Operária, de maneira especial, fazendo trazer para dentro da Igreja a voz do povo sofrido, fez também com que a evangelização enfocasse o problema dos operários e dos marginalizados. E o terceiro fator foi a organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que veio fazer convergir para um projeto comum, todas as vertentes que vinham na direção de uma “nova” evangelização...

## **CONCLUSÃO:**

### **Desafios diante do problema de uma “nova” evangelização**

Quando se coloca o problema de uma NOVA EVANGELIZAÇÃO

face a uma 1ª EVANGELIZAÇÃO, devemos antes de tudo ter em vista os “condicionamentos históricos” de tal evangelização. Devemos, primeiramente, distinguir entre as estruturas históricas que condicionavam a evangelização e a atitude pessoal dos evangelizadores. Se as estruturas afetavam a evangelização, a ponto de fazê-la soar às vezes como uma verdadeira MÁ NOTÍCIA, de outro lado, é de justiça reconhecer toda uma história de dedicação pessoal dos evangelizadores; todo um despojamento de homens que, deixando um nível social mais elevado, vinham se inserir na pobreza dos seus evangelizando; todo um espírito de serviço e sacrifício que constituem páginas inspiradoras para todos os que lhes vêm depois.

Sucedem porém, que quando a evangelização, mesmo animada dos mais elevados propósitos, se vincula ao poder econômico ou político, passa em grande parte a ser instrumentalizada a serviço dos interesses desse poder.

Daí, podemos resumir o que atrás dissemos sobre a 1ª Evangelização, quanto aos seus condicionamentos históricos, políticos e econômicos:

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO vinculou o anúncio da Boa Nova ao poder político e econômico do sistema colonial. Daí redundou que o Evangelho foi em grande parte instrumentalizado pelos interesses políticos e econômicos do governo; o projeto romano vinculou muito a

evangelização ao “poder religioso” europeu, levando a uma dependência religiosa e cultural.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO envolveu uma imposição forçada da cultura européia como revestimento “necessário” do Evangelho. E conseqüentemente despojou os evangelizados (índios e negros) de suas culturas e valores étnicos.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO partia de centros de decisão situados fora de nossa realidade brasileira. Esses centros de decisão estavam interessados numa evangelização “uniformizadora” segundo os modelos europeus, e numa vinculação de dependência do Brasil, como “terra de missão”, à Metrópole evangelizadora.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO enfocou o caráter de Boa Nova mais na sua referência com os evangelizadores vindos de fora, que com os evangelizados. Isso fez com que o que era Boa Nova para o europeu se transformava por vezes em MÁ NOTÍCIA para o índio, o negro ou o nosso pobre marginalizado.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO anunciou uma Boa Nova enfocando apenas uma situação humana pes-

soal: fatos ou conjunturas. Não foi às causas estruturais da miséria e da pobreza do nosso povo.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO vinculou os povos evangelizados não apenas à organização política e cultural dos evangelizadores, mas também violentou seu modo de ser cultural, enquadrando-os num “sistema eclesiástico” europeu.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO partia do pressuposto de que os povos evangelizados (índios e negros) eram “terreno vazio, carente de autênticos valores”.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO deu pouco destaque às Igrejas locais, numa busca de unificação a partir de um centro “cultural” europeu.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO pouco enfocou a “conversão das estruturas” pecaminosas, dando toda a tônica à conversão “pessoal”, e colocando a raiz dos males sociais em causas morais.

— A 1ª EVANGELIZAÇÃO teve uma grande omissão histórica no anúncio da Boa Nova aos índios dentro de sua indianidade; aos negros dentro de sua negritude; aos empobrecidos dentro de sua situação de pobreza injusta.

## APÊNDICE DOCUMENTÁRIO

**Origens do projeto colonial de evangelização  
(Bula de Nicolau V, ROMANUS PONTIFEX, de 8 de janeiro de 1454)**

**Dilatação das fronteiras do Evangelho pelas armas dos soldados cristãos.**

Resumo: 1: Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que o nosso dileto filho Infante D.

Henrique, incendiado no ardor da fé e zelo da salvação das almas, se esforça, como verdadeiro soldado de Cristo por fazer conhecer e venerar em todo o orbe, até os mais remotos lugares, o nome gloriosíssimo de Deus, reduzindo à sua fé não só os sarracenos inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis, depois da conquista de Ceuta por seu pai, muito contra aqueles inimigos foi realizado pelo mesmo Infante, às vezes com sua pessoal intervenção, não sem trabalhos, despesas e morte de sua gente, e sempre incansavelmente e cada vez mais animado do mesmo propósito, povoou de fiéis ilhas desertas onde fez construir igrejas e outras casas piedosas, fez batizar e converter os habitantes de outras, para propagação da fé e aumento do culto divino... 2. — Além disso, tendo este Infante conhecimento de que jamais, ao menos desde que há memória, o mar Oceano foi navegado em suas extensões orientais e meridionais, pelo que nada se sabe dos povos daquelas partes, julgou prestar grande serviço a Deus, tornando-o navegável até aqueles índios que consta adorarem a Cristo. Assim poderia levar estes a auxiliar os cristãos contra os sarracenos, fazendo pregar o santo nome de Cristo entre os povos que a seita do nefando Mafoma infesta. Sempre munido da autoridade régia, há vinte e cinco anos que com grandes trabalhos, perigos e despesas não cessava de com suas velozes naus, chamadas caravelas, devassar o mar, em direção das partes meridionais e Polo Antártico. Aconteceu assim que foram perlus-

trados portos, ilhas e mares, atingida e ocupada a Guiné e portos, ilhas e mar a elas adjacentes, navegando depois até a foz do rio comumente reputado o Nilo (Niger), fazendo guerra aos povos daquelas partes e apoderando-se das ilhas e mar adjacentes. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos por contrato de compra foram trazidos ao reino, onde em grande número se converteram à fé católica, o que esperamos progreda até à conversão do povo ou ao menos de muitos mais.

### **Direitos que o Papa concede aos Reis de Portugal.**

3. — Tivemos, porém, conhecimento de que o rei (D. Afonso) e o Infante, receando que quanto obtiveram com tais perigos, trabalhos e despesas e possuem como verdadeiros senhores, outros, movidos de malícia ou cupidez, o venham usurpar ou danar, levando aos gentios o que os habilite a resistir-lhes mais fortemente, impedindo assim, não sem ofensa de Deus, o prosseguimento de tal obra, para a isso obviar, proibiram que se navegue para aquelas Províncias e por lá se trafique a não ser em suas naus e com seus nautas, licença expressa do Rei ou do Infante e pagamento de tributo. Pode, porém, suceder que, pelo decorrer dos tempos, pessoas de outros reinos ou nações sejam arrastadas pela cobiça, inveja ou malícia a infringir tal proibição, do que poderão resultar ódios, dissensões, rancores, guerras e escândalos ofensivos a Deus e perigosos para as almas.

4. — Por isso nós, tudo pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de *invadir, conquistar, subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes*. Por esta mesma faculdade, o mesmo D. Afonso ou, por sua autoridade, o Infante legitimamente adquiriram mares e terras, sem que até aqui ninguém sem sua permissão neles se intromettesse, o mesmo devendo suceder a seus sucessores. E para que a obra mais ardentemente possa prosseguir, 5 — ... vigorando até para quanto foi adquirido antes da data daquela faculdade, como para quanto posteriormente pode ou possa ser conquistado aos infiéis e pagãos províncias e ilhas, portos e mares, incluindo ainda a conquista desde os cabos Bojador e não até toda a Guiné e, além dela, toda a extensão meridional: tudo declaramos pertencer de direito in perpetuum aos mesmos D. Afonso e seus sucessores... 8. — Poderão fundar nessas terras igrejas ou mosteiros, para lá enviar eclesiásticos seculares e, com autorização dos superiores, regulares das ordens mendicantes... 11. — Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir estas determinações, seja excomungado, só podendo ser absolvido se, satisfeitos o rei Afonso e seus sucessores ou o Infante, eles nisso concordarem. (Arquivo da Torre do Tombo, Maço 7 de Bulas, nº 29).

### **Primeira catequese aos índios do Maranhão: discurso do evangelizador**

No dia seguinte reuniram-se os índios numa bela praça defronte da cabana do principal, Japi-açu... E todos, como é de seu costume, sentaram-se no chão. Viam-se também muitos franceses, companheiros do sr. du Manoir e outros.

Sentando-nos em cima de uma arca, o sr. de Rasily, o padre Arsêno e eu, começamos a ensinar publicamente a doutrina... Dissemos então aos índios (que eram grande multidão) como deixáramos o nosso país e atravessáramos tantos e tão perigosos mares, não sem enormes incômodos, para vir instruí-los no conhecimento de Deus verdadeiro, princípio de todas as coisas, soberano acima dos soberanos.

Explicamos-lhes que, embora Deus seja um em essência, e trino em pessoa, pois é Pai, é Filho e é Espírito Santo; que o Pai não foi feito, nem criado por ninguém e por ninguém engendrado; que desde a eternidade o Filho se engendrou unicamente do Pai, e o Espírito Santo procede de ambos, do Pai e do Filho... É esse grande Deus (explicávamos) que chamais Tupã, mas não conheceis; e aqui viemos para vo-lo anunciar. Ele é que, todo-poderoso, criou o céu e a terra e tudo o que existe. Criou os anjos no Céu, muitos dos quais, tendo-o ofendido, foram expulsos e precipitados no inferno, onde são e serão abrasados no fogo eterno, e a esses maus anjos chamais Jurupari.

Na terra criou com um pouco de barro o homem, feito à sua imagem e semelhança... Comeram ambos o fruto proibido por sugestão de Jurupari... E foram portanto expulsos do paraíso e do céu e sujeitos à morte... Mas como o homem não podia bastar à justiça divina, para reparar a ofensa cometida, mandou seu Filho (segunda pessoa da Santíssima Trindade) ao mundo a fim de revestir-se da nossa humanidade, fazendo-se homem... Muito mais se impressionaram porém, quando lhes dissemos que, embora Deus, ele morreu. Entretanto, mostramos-lhes que não morrera na sua divindade, porque era imortal, mas sim na sua humanidade, o que se fazia necessário para a remissão dos nossos pecados... Ficaram então muito contentes, principalmente pelo fato de ter resuscitado e subido ao céu.

Finalmente dissemos-lhes de como tendo Nosso Senhor subido ao céu enviou a terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, ter com os apóstolos que eram os verdadeiros Paí... E quem enviara apóstolos e Paí, também nos mandara em seu lugar, por intermédio de seus representantes na terra, a fim de serem batizados e remidos de seus pecados, tornando-se verdadeiros filhos de Deus.

Mal esse povo (que por duas horas e meia nos ouvira com incrível atenção e respeito) escutou estas últimas palavras acerca do Espírito Santo, levantou-se cheio de zelo e fervor, como se o próprio Espírito Santo o inspirasse... Levantavam-se todos as mãos ao céu com imen-

so prazer e uma alegria sem igual, gritando em alta voz: Arobiar Tupã Paí, A robiar Tupã Paí, "Creio em Deus, meu pai, creio em Deus, meu Pai".

Aí se achavam o filho mais velho de Japi-açu, belo e forte rapaz de vinte e vinte e dois anos, chamado Tucã-açu e um dos primeiros a se levantar; seu irmão Jú e o menino Acajuí-mirim. Ainda permanecíamos sob a impressão de tão inesperado fervor, quando o rapaz seguido dos dois outros nos alcançou e, abraçando-nos com ternura e os olhos cheios de lágrimas, pôs-se a gritar: 'O Profeta, creio em Deus. Creio em Deus Pai, creio em Deus Filho, creio em Deus Espírito Santo; batizai-me, Pai'. Todos os outros principiaram então a gritar do mesmo modo...

Como esses infelizes canibais e antropófagos que havia tantas centenas de anos só respiravam a carne e o sangue, o assassinio e a carnificina, fartando-se com a própria carne de seus inimigos, poderiam confessar publicamente e em altas vozes a crença em um Deus trino em pessoa e único na essência, se não tivesse o Espírito Santo descido em suas almas, iluminado seus pensamentos e abrasado suas vontades ao fogo do seu amor, para levá-los a pedir o batismo como a porta da salvação eterna tão ardentemente desejada?... Entretanto para não se afirmar que mediante uma pequena dádiva se podiam batizar todas as índias, e ainda para afastar dos indígenas a suspeita de qualquer coação... julgamos conveniente prescrever-lhes alguns dias de prazo (para o batismo).

(Claude d'Abbeville:

História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão (1614), Belo Horizonte, 1975, p. 86-90)

### **Da Doutrina Cristã que os senhores são obrigados ensinar a seus servos**

“Devem primeiramente os senhores alimentar as almas de seus servos com a Doutrina Cristã, para que saibam os mistérios da Fé, que devem crer, e os preceitos da Lei de Deus, que hão de guardar: apascentar pela pregação da Palavra divina. Bem sabeis que a maior parte dos servos deste Brasil vem da Gentilidade de Guiné e mais partes da África, tão rudes nos mistérios de nossa Santa Fé, e tão ignorantes nos Mandamentos da Lei de Deus, que de Cristãos não têm mais que o Batismo, sendo que até este falta a muitos. Pergunto pois: a quem pertence instruí-los nos mistérios da Fé e ensinar-lhes o caminho do céu? Vós direis que aos Párocos, Curas e mais Pastores de suas Almas. Assim é; mas não só a eles pertence ensinar os escravos, senão também a vós. A vós, torno a dizer, porque sois os seus senhores; a vós, porque os tendes mais à mão; e a vós, porque assim como tendes obrigação de lhes dar o pão para o corpo, a tendes também de lho dar para a alma: o pão para que não sucumbam.

Esta obrigação reconhecem nos senhores todos os teólogos que trataram desta matéria...

Mas perguntar-me-á alguém: em que se funda esta tão precisa obrigação, que têm os senhores de catequizar os servos? Digo que no poder e domínio que têm sobre eles; porque o doutrinar aos rudes é consequência de que tem neles senhorio. Despedindo-se Cristo de seus Discípulos nas últimas horas de sua partida para o Céu, lhes disse estas palavras: Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todos os povos (Mt 28,18-19). Deu-me meu Eterno Pai todo o domínio, poder e senhorio sobre o Céu e sobre a terra, ide pois, e doutrinaí a todas as gentes. O meu reparo está só naquele *pois*. O *Pois* é ilação e consequência: A consequência e ilação pede antecedente ou premissa donde se possa deduzir. Pois, qual é o antecedente ou premissa, donde infere Cristo que devem ser doutrinadas todas as gentes? Ide, pois, e ensinai a todos os povos? O antecedente está bem claro nas palavras antecedentes, todo o poder me foi dado. Diz Cristo que tem poder, domínio e senhorio sobre todas as gentes? Pois deste senhorio, deste domínio e deste poder se tira por legítima consequência, que hão de ser doutrinadas todas as gentes, ide, pois, e ensinai. Logo, se entendeis muito bem, senhores, que tendes domínio e poder sobre os escravos, entendei também que a consequência deste poder e deste domínio é a obrigação de os ensinar e instruir nos mistérios da Fé e preceitos de Deus.

Nem se desculpam bem os senhores, que se escusam deste santo ministério, dando por causa a ru-

deza dos escravos, e dizendo que são brutos, que são boçais, e que são incapazes de perceber o que nos ensina e manda crer a Fé. Não se desculpam bem, torno a dizer; porque a esses mesmos brutos e boçais, e (ao que parece) incapazes, quer Deus que se ensine e pregue a sua doutrina. Em consequência do poder, que tinha sobre todas as gentes, mandou Cristo (como acima dizíamos) doutriná-las a todas por meio de seus Discípulos, ensinai a todos os povos. A todas as Gentes, Senhor! Entre essas gentes há gente que mais tem de bruto, que de gente. Há alarves em Guiné tão rudes e boçais, que só o vosso poder lhes poderá meter o Pai Nosso na cabeça. Há Minas tão brutos e incapazes, que mil vezes nos havemos de benzer deles, primeiro que eles aprendam a benzer-se. Pois, a esses brutos, a esses alarves, a esses boçais se há de ensinar a vossa doutrina? Sim, diz Cristo: todas as gentes, por brutas, por boçais e rudes que sejam, todas sem exceção hão de ser instruídas nos mistérios de minha Fé e nos Mandamentos de minha Lei: Ensinai a todos os povos. Pois se assim o manda Cristo Jesus: por que o não hão de pôr em execução os senhores com os escravos, ainda que estes pareçam na rudeza com os brutos?

E sendo certo que tendes, senhores, tão estreita obrigação de ensinar aos escravos, ainda que rudes, ainda que boçais, e ainda que brutos, os mistérios da Fé e os Mandamentos da Lei de Deus; considerai-vos como ministros deputados por Cristo para a propagação do seu Evangelho... Quando ouvís

as honras, que fará Cristo a seus ministros, não deveis imaginar que só os Bispos, Párocos e mais Clérigos são ministros seus; por que também vós, conforme vosso estado, não só podeis, mas deveis ser Ministros de Jesus Cristo. E de que modo poderá isto ser? Pregando o nome de Cristo, e ensinando a sua doutrina a todos aqueles que puder. Pois com quem melhor o podeis e deveis fazer, que com aqueles que Deus vos sujeitou, fazendo-os vossos escravos, para que sejais Mestre na Cristandade?

Nem deveis imaginar, que fazendo-vos na Doutrina Cristã mestres de vossos escravos, diminuís ou abateis em coisa alguma a autoridade de senhor, porque não é assim;...

E quando não possais ou não queirais doutrinar por vós mesmos os vossos escravos: porque os não trazeis aos Colégios e Casas da Companhia, e aos mais Conventos das outras famílias Religiosas, onde há operários, que têm à sua conta ensinar os escravos no seu mesmo idioma; porque desta sorte se suprirá o vossa falta? É possível que haja Cristãos entre Portugueses, que se prezam, e com razão, de ser o povo escolhido entre todas as mais nações para propagar e dilatar a Fé de Jesus Cristo; é possível, digo, que haja Cristãos, que por não perderem o negro serviço, deixem viver os escravos anos e anos gentilmente, sem doutrina e sem conhecimento de Deus! É possível que uma alma, que sabemos por fé que custou a Jesus Cristo todo seu sangue e sua mesma

vida, não merece que perca o senhor por seu respeito alguns dias de serviço, para que fique bem doutrinado no que há de crer e obrar para viver conforme manda a Lei de Deus!”

(Jorge Benci SJ,

Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos, S. Paulo, 1977, p. 84-90)

### **Evangelho da conformidade com o estado servil (Pe. Vieira)**

“De maneira que vós os Pretos, que tão humilde figura fazeis no mundo e na estimação dos homens, por vosso próprio nome e por vossa própria nação estais escritos e matriculados nos livros de Deus, e nas Sagradas Escrituras; e não com menos título nem como menos foro que de Filhos de Mãe do mesmo Deus: *Et populus aethyopum hi fuerunt illic...* E se me perguntarem os curiosos quando alcançaram os pretos esta dignidade de filhos da Mãe de Deus, respondo que no monte Calvário e ao pé da cruz, no mesmo dia e no mesmo lugar em que o mesmo Cristo, enquanto Jesus, e enquanto Salvador, nasceu com segundo nascimento da Virgem Maria... Começando pois pelas obrigações que nascem do vosso novo e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde instruídos na fé, vivais como cristãos e vos

salveis... assim a Mãe de Deus, antevendo esta vossa fé, esta vossa piedade e esta vossa devoção, vos escolheu de entre tantos outros de tantas e tão diferentes nações, e vos trouxe ao grêmio da Igreja, para que lá, como vossos pais, vós não perdêsseis, e cá, como filhos seus, vos salvásseis. Este é o maior e mais universal milagre de quantos faz cada dia e tem feito por seus devotos a Senhora do Rosário... Oh se a gente preta tirada das breñhas da sua Etiópia e passada ao Brasil, conheceria bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre e grande milagre! Dizei-me, vossos pais, que nasceram nas trevas da gentilidade e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois de mortos? Todos, como já credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade... Estou vendo porém que o vosso contínuo trabalho e exercício pode parecer ou servir de escusa ao descuido dos menos devotos. Direis que estais trabalhando de dia e de noite em um engenho, e que as tarefas multiplicadas umas sobre as outras (que talvez entram e se penetram com os dias santos) vos não deixam tempo nem lugar para rezar o rosário. Mas aqui entra o novo nascimento de Cristo, segunda vez nascido no Calvário, para com seu divino exemplo e imitação refutar a fraqueza desta vossa desculpa e vos ensinar como, no meio do maior trabalho, vos não haveis de esquecer da devoção de sua Mãe, pois

o é também vossa, oferecendo-lhe ao menos alguma parte, quando comodamente não possa ser todo... E que confusão pelo contrário será para os que se chamam senhores de engenho, se atentos somente aos interesses temporais, que se adquirem com este desumano trabalho, dos trabalhadores seus escravos e das almas daqueles miseráveis corpos, tiverem tão pouco cuidado, que não tratem de que louvem e sirvam a Deus, mas nem ainda de que o conheçam!... Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram às canas, porque duas vezes entraram na paixão: uma vez servindo para o cetro de escárneo e outra vez para esponja em que lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte de dia sem descansar, e tais são as vossas

noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio... Que entre todos os mistérios do rosário, haveis de ser mais particularmente devotos dos que são mais próprios do vosso estado, de vossa vida e da vossa fortuna, que são os mistérios dolorosos... Os dolorosos (ouçam-me agora todos) os dolorosos são os que vos pertencem a vós, como os gozosos aos que, devendo-vos tratar como irmãos, se chamam vossos senhores. Eles mandam, e vós servis; eles dormem, e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos..."

(Sermão pregado em 1633 na Irmandade dos Pretos de um Engenho, Bahia) □

---

### Onde fica a Comunicação?

“A cultura é a alma do povo. A religião é a alma da cultura. A religião é o reduto mais primitivo e original de um povo. É o seu símbolo unificador e identificador. Quando um povo não tem mais onde se agarrar, ele se agarra à sua religião, como o último refúgio de resistência, o grito desesperado de sobrevivência. Mas o que tem isso a ver com a Comunicação? Ela “cria e transmite”, de forma silenciosa, sub-reptícia e subliminar, costumes, usos, crenças, valores, opiniões, condutas, comportamentos”. Leia a página 149.

# A EVANGELIZAÇÃO NA ERA DA INFORMÁTICA: DESAFIO À VIDA RELIGIOSA

*A problemática da comunicação não é um tema fácil de ser discutido. Ele reproduz, de maneira simbólica e complexa, a problemática central da sociedade como um todo.*

**Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR**

Creio que não seria exagerar se afirmarmos que o sinal dos tempos, hoje, é que vivemos um tempo de sinais. A sociedade cada vez mais se "informatiza", se torna simbólica e complexa. Qualquer cidadão, mesmo o mais economicamente pobre, já tem possibilidade de carregar consigo algum artifício que o integra ao mundo da informática. Não há comunidade que não seja invadida e bombardeada pelas novas armas eletrônicas que não respeitam nenhuma barreira.

É imprescindível que o religioso se coloque o problema e tente se aproximar dele para melhor compreendê-lo, e não ser uma vítima a mais da massificação que uma comunicação todo-poderosa pode causar. São inúmeros os problemas que podem e devem ser discutidos dentro dessa problemática. Vamos ater-nos apenas a alguns, que julgamos mais próximos, mais decisivos e mais práticos.

Dividimos as considerações em cinco partes:

1. A nova realidade da comunicação: tentaremos dar-nos conta do que já temos e aceitamos, no campo da comunicação, sem que talvez tenhamos plena consciência disso.
2. A relação entre comunicação e cultura: o que há de comunicação sub-reptícia quando vemos um filme, novela, ou outro programa.
3. Comunicação e notícias: o dito e o escondido nos noticiários que constroem a realidade hoje.
4. Comunicação, propaganda e publicidade: o misterioso fenômeno dos condicionamentos e da dominação que sofremos, muitas vezes inconscientemente.

5. As alternativas possíveis: queremos privilegiar esta parte, mostrando as maneiras como podemos responder a esse aparente monstro que se introduz, até subliminarmente, em nossas consciências e em nossas comunidades.

Temos consciência de que esses são apenas alguns pontos, e nem poderão ser tratados com muita profundidade. Mas parece-nos que são os que nos atingem mais diretamente e aos quais devemos dar uma resposta mais urgente e mais séria, se quisermos continuar fiéis ao Evangelho.

## 1. A nova realidade da comunicação

Creemos não ser exagero dizer que vivemos hoje uma realidade simbólica, artificial. Se a realidade é uma "construção social", essa "construção" se faz hoje pela comunicação, que se transformou no aparelho número um de criação, reprodução e transmissão dos símbolos e sinais representativos da realidade concreta. O que vemos hoje é que a comunicação consegue construir um "segundo andar", em cima da realidade concreta e cotidiana, passando esse "segundo andar" a ser a única, ou a principal "realidade". Esquecem-se as demais coisas. Uma coisa "existe", ou "não existe", se é comunicada, veiculada, ou não. Esse diálogo entre duas pessoas demonstra isso claramente. O primeiro dizia:

— Interessante: a guerra entre o Irã e o Iraque terminou...

— Por que? — pergunta o segundo.

— Porque os jornais não dizem mais nada, não aparece mais nada na TV...

Conclusão: se os jornais não dizem nada, se a TV não transmite a notícia, a coisa termina, não existe mais. É interessante refletir como se criou essa convicção, como se chegou a tal consenso. Terão sido os próprios meios de comunicação que conseguiram se legitimar a tal ponto e a se apresentarem como os únicos e indispensáveis transmissores de toda a realidade e verdade? De onde viria tanto favorecimento e aceitação da absoluta indispensabilidade desses meios? Por que tão baixa consciência crítica diante deles?

As conseqüências da aceitação de tal fato são extremamente sérias. Se há um número mínimo de pessoas que controlam esses meios de comunicação (certamente menos de 1%), nós nos tornamos totalmente dependentes e subordinados a eles. Se eles não quiserem dizer nada sobre determinado assunto, essa realidade, para a maioria absoluta da população, deixa de existir. Vemos aqui que a força dum meio de comunicação está, muitas vezes, mais no silenciar do que no comunicar determinados fatos.

Há alguns exemplos muito bons que nos mostram como os meios de comunicação criam, constroem, uma realidade que nada tem a ver com o cotidiano, com o concreto da vida. Em 1974, a ITT (Companhia de Telefones e Telégrafos dos

EUA) foi acusada e condenada por ter-se envolvido em assuntos internos do Chile, mandando milhões de dólares para derrubar o Presidente Allende, eleito democraticamente pelo povo. Quando foi descoberto e mostrado esse crime, através de inquéritos feitos pelo Congresso, o conceito da ITT caiu muito entre o povo. Apenas 5% da população achava que a ITT fosse uma companhia que "se interessasse pelo povo". Que fizeram? Fizeram uma campanha, durante 12 meses, nos jornais, rádios e TV, dizendo que a ITT era uma companhia ótima, interessada pela população, etc. Gastaram nisso nada menos que 6,4 milhões de dólares. Resultado: depois disso, mais da metade da população achava que a companhia fosse coisa boa. A companhia não mudou em nada, continuou com suas práticas imperialistas e anti-democráticas. Mas para todos os efeitos, diante da população, passou a ser muito boazinha... Vê-se assim como a comunicação, numa sociedade em que as pessoas não pensam e acham que tudo o que é dito pelos jornais, rádios e TV é verdade, pode construir uma outra realidade, superposta à concreta e cotidiana.

Um outro belo exemplo de "construção da realidade" foi a campanha feita pelo governo brasileiro, no início da década de 70, para a criação do que se chamou de "milagre brasileiro". Quem analisou isso foi o pesquisador Armand Mattelart. Esse golpe do governo brasileiro foi denominado "o maior exercício de marketing internacional do Brasil". Reuniram-se, num

consórcio, as quatro maiores agências publicitárias do país (todas elas penetradas de capital norte-americano) e planejaram, com o governo, a campanha da criação do "milagre brasileiro". Os anúncios, redigidos em cinco línguas, foram enviados à agência Kenyon e Eckardt, de Nova Iorque, que fez a revisão final dos textos e planejou sua inserção nos grandes diários e revistas dos países do bloco capitalista. Revistas e jornais como *Fortune*, *Newsweek*, *Wall Street*, *Time Vision*, dos EUA; *Die Welt*, *Frankfurt Handelsblatt*, da Alemanha; jornais e revistas do Japão, Inglaterra, Argentina, Colômbia, França, México, Venezuela, etc. apresentaram os anúncios. O governo gastou mais de meio milhão de dólares, encheu o balão do "milagre brasileiro", que viria a se esvaziar poucos anos depois.

Pode-se ver com isso o que faz a comunicação. Nesses dias o noticiário divulgou por todo o Brasil a notícia: "O Presidente Reagan viajará à Europa por oito dias. Visitará alguns países e tentará mostrar a esses países que é um homem sensato (sic!). Visitará o Papa, etc..." Vejam vocês: os homens que cuidam da figura do Presidente precisam, quando seu índice de popularidade está em baixa (em outras palavras: quando a realidade concreta do dia a dia vem à tona), melhorar sua figura. Mas é só a figura... e isso se faz pela comunicação que cria uma nova realidade, não se importando se o concreto do dia a dia seja diferente.

É importante ter isso em mente quando se assiste a algum programa, como o Jornal Nacional, por exemplo. Tem-se de perguntar: "Por que é divulgada tal notícia? Quem escreveu essa notícia? Ela interessa a quem? O que *não* é dito na notícia? Nossa vida do dia a dia é assim mesmo como se diz nos noticiários?"

Temos de tomar em consideração também que os mídia (rádios, jornais e principalmente TVs) se instalaram nos lares de quase todo o país. Isto só foi possível graças a uma aliança entre o Estado e a iniciativa privada. O Estado construiu uma moderna infra-estrutura de comunicações que integrou o país numa vasta rede terrestre de transmissão.

Tomando como exemplo a cidade de S. Paulo, o número médio de horas que a TV fica ligada por dia, considerando todos os domicílios da área urbana, subiu de 5.6 horas em 1976 para 6.6 horas em 1980. Em Porto Alegre, nas vilas periféricas, a média de horas que o aparelho de TV ficava ligado, é de 5.5 horas.

A TV e o rádio já se generalizaram como bens de consumo popular no Brasil. Em 1980, 76% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos um aparelho de rádio, e 55% possuíam pelo menos um aparelho de televisão. Podemos imaginar que em 1988 esses percentuais sejam quase 100% para o rádio e ao menos 80% para a TV. Ao mesmo tempo que vemos esses bens de consumo aumentarem, percebe-se um empobrecimento rela-

tivo da classe trabalhadora. Em 1980, apenas 67.3% dos domicílios estavam ligados à rede elétrica; só 53.2% possuíam água encanada, e só 26.2% eram servidos por rede de esgoto. A TV e o rádio chegaram antes que esses serviços. Em 1950 apenas 7% da população do Rio de Janeiro moravam em favelas. Em 1980 esse número aumentou para 35%.

Notam-se então flagrantes contradições em nossa sociedade: aumenta o número de aparelhos de rádio e TV, o número de horas assistidas, mas continua faltando água, rede de esgotos e outras necessidades fundamentais. Aumenta a oferta de informação, mas não se satisfazem as necessidades de comunicação: os meios de comunicação de massa se organizam como grandes empresas, transformando-se em modernos conglomerados que operam comercialmente diferentes meios, e praticamente monopolizam o mercado de comunicação do país. Uma rede de TV monopolizou 75% da verba publicitária, 60 a 80% da audiência, levando a uma centralização geográfica da produção.

Não gostaríamos de deixar uma idéia fatalista de que a comunicação é todo-poderosa. Não há como negar que ela consegue criar uma nova realidade. Não há dúvida também que quem possui a comunicação, possui o poder, pois há um estreito vínculo entre ambos. Costuma-se dizer que a comunicação é o 4º poder. Essa afirmação talvez não seja verdadeira não por que ela não seja um poder, mas por

que ela talvez não seja o 4º, mas o 1º poder.

Mas se a comunicação é poderosa, ela não é onipotente. É verdade que as elites usufruem o monopólio da palavra escrita, da voz e da imagem. Mas se os meios de comunicação fossem onipotentes, a ordem social seria inamovível; teríamos de renunciar a todo projeto, por modesto que fosse, de transformação social. Mas felizmente, quem vence a guerra final não são as palavras e as imagens, mas o princípio da realidade. Por mais avassaladora e penetrante que seja a comunicação, ela não consegue conformar totalmente as consciências e sobra sempre um espaço para a contradição. Toda situação possui sua contradição. Esse aspecto histórico traz em si a possibilidade de mudança no momento em que é detectado e explorado. Queremos discutir isso mais a fundo na 5ª parte.

## **2. Comunicação e Cultura**

Uma das grandes preocupações da Igreja, principalmente na América Latina, é a preocupação com o aspecto cultural da nossa realidade, e com a evangelização da cultura. Poderíamos definir cultura como sendo toda transformação da natureza feita pelo homem e tudo o que o homem cria para se relacionar com o mundo e com os outros. Cultura é assim a maneira de falar (a língua), de vestir, de morar, de comer, de trabalhar, de rezar, de se comunicar, de dançar, de cantar, as tradições, os costumes, os valores, etc. A cultura é

como se fosse uma muralha que o homem cria ao seu redor para se proteger, para melhor viver. Quando essa cultura é destruída, o povo fica desprotegido e facilmente pode ser dominado e até destruído. Todo povo se afirma como povo na medida em que consegue produzir essa relação com o mundo, que fica sendo sua fortificação e a razão mesma de seu existir. Por isso se diz que a cultura é a alma dum povo. Povo sem cultura é povo sem alma, sem identidade.

Examinando a história, vemos que os povos conquistadores conseguiram dominar sobre seus conquistados na medida em que lhes destruíam ou descaracterizavam a cultura. Exemplo claro disso foi o que os romanos fizeram com os povos "bárbaros", e os espanhóis com os povos das Américas (incas, maias, astecas). Dizem os historiadores que as fogueiras arderam durante semanas, na cidade do México, destruindo toda cultura, em alguns aspectos mais adiantada que a dos espanhóis.

Se a cultura é a alma dum povo, a religião é a alma da cultura. A religião é o reduto mais primitivo e original dum povo. O "totem", na formação dos povos primitivos, constituía o símbolo unificador e identificador dum povo. Quando um povo não tem mais onde se agarrar, ele se agarra à sua religião, que fica sendo o último reduto de resistência, o grito desesperado de sobrevivência. É o que mostram os movimentos messiânicos: o apelo à religião é a última

arma, a última maneira de congrega-  
o povo e resistir.

Mas o que tem isso a ver com  
a Comunicação?

Acontece que a Comunicação é  
a principal criadora e transmissora  
de cultura na sociedade. Os meios  
de comunicação são os criadores,  
"carregadores" e transmissores da  
cultura, isto é, dos valores, costu-  
mes, usos, crenças, opiniões, con-  
dutas e comportamentos da po-  
pulação.

A criação, penetração e trans-  
missão da cultura é feita duma ma-  
neira sub-reptícia e silenciosa. Quan-  
do assistimos a um filme, a uma  
novela, etc., não é o roteiro, ou o  
enredo, a única coisa que se vê.  
Todo enredo é feito sobre um pano  
de fundo que apresenta todo um  
conjunto cultural: um tipo de mo-  
radia, de decoração, maneiras de  
se alimentar, vestir, fumar, beber,  
se relacionar, um tipo de carro, de  
diversão, em resumo, uma maneira  
de se viver, um determinado pa-  
dião cultural. E é esse pano de  
fundo o que realmente fica na  
mente das pessoas e leva à mu-  
dança ou transmissão de novos va-  
lores, nova cultura. E isso se dá  
quase inconscientemente.

A prova mais cabal da força  
dessa comunicação poderosa e efi-  
ciente é o "merchandising", isto é,  
a propaganda feita implicitamente,  
de maneira indireta, dando a im-  
pressão de não ser intencional, du-  
rante o decorrer dum filme, novela  
ou qualquer outra transmissão. É a  
marca de cigarro, ou de cerveja,  
que o artista está fumando e be-

bendo; é a marca do carro usado  
pelo herói da novela; é a sandália  
ou sapato usado pela artista, etc.  
Muitas vezes essa "propaganda" é  
mais cara que a explícita, feita nos  
intervalos comerciais.

Voltando para casa, num curto  
período de férias, pedi a algumas  
sobrinhas que me colocassem a par  
do enredo da novela, pois queria  
aproveitar para assistir a alguns  
capítulos. Não tiveram dúvida: sen-  
taram-se no chão, tomaram um  
grande papel e começaram a iden-  
tificar os diferentes personagens.  
No centro, o galã e seu par. "Par",  
contudo, por aqueles capítulos. Pois  
"ele" já estivera casado com fula-  
na, que por sua vez fora mulher  
de fulano, mas que gostava mes-  
mo de sicrano; como não pudesse  
conquistá-lo, roubara-lhe a chance  
de se casar com fulano. A artista  
principal, por sua vez, gostava mes-  
mo dum terceiro, mas tendo casado  
anteriormente com um primeiro,  
separara-se para viver com esse se-  
gundo, a quem "odiava"... Toda  
a torcida das meninas era para que  
os dois galãs afinal se encontrassem  
e casassem. Ao redor da constela-  
ção central, giravam outras quatro  
ou cinco constelações de "separa-  
dos", "deixados", "frustrados" e  
possíveis "casáveis". Ao final de  
toda a explanação eu fiquei pen-  
sando comigo mesmo: o que é "ca-  
samento", ou "matrimônio" para  
essas adolescentes? O que significa  
casar, para elas?

Se prestarmos um pouco de aten-  
ção vamos ver que nossa cultura  
está extremamente descaracteriza-  
da. Nas roupas de nossos jovens

(e muitos velhos) há alguma coisa escrita em outra língua que nem eles mesmos sabem o que significa; para uma comida ou bebida ser boa, precisa ter um nome estrangeiro, ou ser oferecida por uma casa que tenha um nome estrangeiro; o percentual de músicas estrangeiras tocadas por nossas emisoras chega a 70%; a maioria dos filmes, "enlatados" de TV, séries; etc. são estrangeiros, e o que não é estrangeiro, como as novelas, promovem por todo o país uma cultura restrita dum zona específica dos grandes centros, como a já famosa "cultura de Ipanema", que faz com que moças do interior de Minas passem a usar fio dental, pois é assim que as dondocas das novelas se vestem. Num "shopping-center" (já começa com o nome) de Porto Alegre, 52% das palavras encontradas eram em inglês, sem contar as que eram em francês ou italiano. Percebe-se com isso que nossa cultura está sendo minada, transformada, descaracterizada e até mesmo destruída. Pode-se perguntar até quando o português ainda vai ser nossa língua oficial. Em algumas escolas, principalmente técnicas, os nomes, comandos, instruções e programação são todos em inglês. Tal nossa dependência tecnológica e cultural. E foi por pouco que no tempo dos governos militares não se implantou uma escola em que as aulas eram dadas na Califórnia, em inglês, para serem assistidas por nossos jovens no Rio de Janeiro, via satélite...

É claro que essa dependência tecnológica e cultural tem como consequência uma dependência eco-

nômica, uma drenagem de nossas riquezas, pois temos de pagar divisas de todas essas marcas e patentes.

Até mesmo crimes se cometem para poder ganhar dinheiro através de mudança dos padrões culturais. Caso clássico é o de uma indústria de leite em pó, que criou o famoso leite "que substitui o leite materno". Fez uma propaganda enorme pelo mundo inteiro. Fornecia leite gratuitamente no início. Mas depois que as crianças se acostumassem, as mães precisavam comprar. E como sua renda não era suficiente, pois o leite era caro, começaram a dar às crianças doses diluídas, reduzidas. Além disso, na maioria dos lugares, não havia possibilidade de manter os cuidados higiênicos de esterilização das mameiras e com isso as crianças se contaminavam. Resultado de tudo isso: em muitos países, principalmente do 3º mundo, onde antes desse fato, 90% das mães amamentavam até aos 6 meses, depois do fato a proporção baixou para 15 a 20%. Mas os cofres dessa indústria se encheram às custas da mudança dum padrão cultural, isto é, amamentar as crianças, e às custas de milhões de crianças que morreram devido a isso. Eis o que significa a mudança dum padrão cultural...

O importante a ter em mente, nisso tudo, é que são hoje os meios de comunicação os veiculadores e responsáveis pela transmissão e mudança da cultura. Eles são os novos "cavalos de Tróia" que são enviados como presentes, mas que em

seu bojo contêm a morte e a destruição. Eles descaracterizam e roubam a cultura dum povo, não pela mensagem explícita, mas pela comunicação implícita, pelo pano de fundo cultural que é o que realmente permanece, após esquecido o enredo do fato. É necessária aqui uma contínua vigilância e um espírito crítico agudo de todos os responsáveis pela garantia da identidade dum povo e preservação de sua cultura.

### 3. Comunicação e Notícias

Grande parte da comunicação é constituída pela informação noticiosa. As notícias são parte extremamente importante na formação tanto da opinião pública, como na criação das ideologias pessoais e sociais. Elas vão direto à mente das pessoas e vão construindo a realidade, dizendo o que é verdadeiro ou falso; elas "fazem" a história e o mundo para a maioria das pessoas. A preservação da liberdade pessoal e dum povo está intimamente ligada ao comportamento que se tem em relação às notícias. A aceitação acrítica dos fatos e acontecimentos, de tudo o que é veiculado, nos torna dependentes dos que possuem voz e vez na comunicação.

É importante que se conheçam alguns mecanismos que nos podem preservar da voragem avassaladora da comunicação. Determinados hábitos ajudam a manter um poder de crítica e de liberdade.

Um primeiro mecanismo é o da "seleção". As notícias nunca são

dadas em sua totalidade; nem isso seria possível, pois das dezenas, ou centenas, de elementos que compõem uma notícia, apenas alguns são selecionados, escolhidos, para serem retransmitidos. E aqui está o ponto importante: cada dono de meio de comunicação, ou cada editor de notícias em rádios, TVs ou jornais, escolhe e determina o que deve ser dito e o que deve ser silenciado. Ficaram famosas as duas manchetes dadas por dois grandes diários de São Paulo, por ocasião da visita de João Paulo II ao Brasil, quando de sua fala aos Bispos. Um diário trouxe a seguinte manchete: "Papa adverte Bispos do perigo do envolvimento em assuntos sociais"; o outro dizia: "Papa incentiva Bispos a se interessarem pelo social". Ou então, as famosas manchetes dadas por ocasião da invasão de Granada pelos EUA. O diário conservador apresentou o seguinte título à matéria: "Granada pede e EUA já ocupam Granada". O outro diário foi mais curto e direto: "EUA invadem Granada". Percebe-se claramente a diferença. Para o primeiro jornal, os EUA são o "bom mocinho" que corre em socorro dos desamparados e desprotegidos, sempre pronto a ajudar; é o protótipo do herói honesto, corajoso e defensor dos pobres, como é mostrado nos filmes de "farwest" americanos: eles só ajudam, defendem os pobres, não têm segundas intenções... Para quem acompanhou os fatos por outras fontes, fica claro como uma invasão pode trocar de nome...

Um segundo mecanismo é o da "combinação", que consiste em jun-

tar duas coisas que não têm nada a ver uma com a outra: pelo fato de estarem juntas, as pessoas vão pensar que elas se relacionam. Por exemplo: quando se dá uma notícia sobre desordem, arruaças, coloca-se sempre junto determinados tipos de pessoas, como os jovens, os negros. De tanto se verem as duas coisas juntas, acaba-se acreditando que uma depende da outra, isto é, que quem faz desordem são os jovens ou os negros. Do mesmo modo, quando se dá uma notícia dum acidente, destruição, greve, atentado, colocam-se junto pessoas da oposição, de partidos contrários. A mensagem, depois de algum tempo, é que quem é culpado, é sempre a oposição. Como a notícia dada por um noticiário nacional: "Explode uma bomba no edifício X em Bogotá, ferindo várias pessoas; perto dali a polícia prende uma mulher que pertence a um partido de esquerda..." Uma coisa não precisa ter nada a ver com a outra. O "perto dali" pode ser a alguns quilômetros. E quem colocou a bomba pode ser alguém dum partido de direita. Mas os que ouvem a notícia são levados a concluir que são sempre os esquerdistas os que soltam bombas...

É importante também saber quem nos envia as notícias. Assim, 94% de todas as notícias estrangeiras que a América do Sul recebe vem de 3 agências estrangeiras: duas americanas (UPI: United Press International, e AP: Associated Press) e uma francesa (AFP: Agence France Press). As duas primeiras são responsáveis por 81% das notícias, e a outra

por 13%. É evidente que a notícia nunca nos chega como aconteceu. Primeiro as agências selecionam, depois combinam e "colorem" a notícia, para que ela seja exatamente como eles querem. Um estudante de jornalismo, trabalhando para seu doutorado, fez um estágio de seis meses na agência da Associated Press, de Buenos Aires. Do total de notícias que foram enviadas, nesses seis meses, de Buenos Aires a Nova Iorque, apenas 8% foram retransmitidas: as outras 92% foram para o lixo. É claro que lá de Nova Iorque eles não retransmitiram nenhuma que fosse contra os interesses do imperialismo. Das mandadas a Nova Iorque, 13% eram sobre criminalidade e violência; mas das retransmitidas, 47% eram sobre criminalidade e violência. Percebem a diferença? Assim, os que selecionam e re-escrevem as notícias vão pintando as pessoas conforme eles querem ou precisam. Os latino-americanos, para o resto do mundo, são uns tipos esquisitos, exóticos; uma mistura indefinida de índio com preto, que vivem cometendo crimes e violências... Caso seja necessária uma intervenção dos "bons mocinhos" do Norte, a opinião pública mundial já está legitimada e pronta a aceitar esse "benefício" que eles farão para a humanidade.

Você já viu quem são os americanos para nós? São quase semi-deuses. Basta assistir a um determinado programa de TV, nas duas horas mais nobres da semana, que você vai ver lá ao menos dois ou mais quadros sobre eles, dizendo que são os tais, são formidáveis,

“fantásticos”... Os que controlam as notícias e os que detêm a palavra conseguem até transformar bandidos em santos.

#### 4. Comunicação e Propaganda-publicidade

A discussão sobre propaganda e publicidade assume cada vez mais importância em nossos dias. Nossa comunicação gasta ao menos 30% de seu tempo na transmissão de “comerciais” que exercem enorme influência não apenas dos costumes e hábitos de consumo, mas também em relação a valores humanos e morais.

É importante, inicialmente, distinguir entre dois tipos de comunicação publicitária:

— A comunicação informativa, racional, denotativa: é a que se funda na informação objetiva das coisas, apresentando os dados essenciais de qualquer objeto: cor, tamanho, peso, matéria empregada no feitiço, funções, etc. Essa propaganda, ou comunicação informativa, é absolutamente necessária para o bom funcionamento de nossa sociedade, podendo-se constituir num dos grandes fatores de progresso e desenvolvimento dos diversos grupos humanos.

— A comunicação afetiva, inconsciente, conotativa: não se baseia na razão ou qualidades objetivas, mas é construída através duma relação secundária estabelecida com determinadas forças básicas, muitas vezes inconscientes e pouco controláveis, presentes em toda pessoa humana. Essas forças básicas são os

desejos, aspirações, como o desejo de realização, de sucesso, de liberdade, de estima, de prestígio, de aceitação social, o desejo sexual, etc.

Se examinarmos a propaganda feita entre nós, veremos que a maioria absoluta é do segundo tipo, baseada no afetivo e na conotação. É interessante ver como isso se processa. Todos conhecem as experiências feitas por Pavlov, dos reflexos condicionados: ele dava carne ao cachorro e ao mesmo tempo tocava o sino. Depois de algum tempo, ele apenas tocava o sino e o cachorro começava a salivar. É esse mesmo processo que a propaganda usa para vender: ligar determinados produtos a forças inconscientes, pouco controláveis, de nosso ser. Por exemplo: quem não deseja ter sucesso na vida? Lembra-se da propaganda dos cigarros Hollywood? Nos cartazes há cenas de façanhas, corridas de automóveis, heróis recebendo prêmios: esses heróis, porém, se não fumam, mostram em seus bolsos a carteira do cigarro e escrito, ou falado numa voz convincente e sugestiva: “Hollywood, rumo ao sucesso”. Muitas pessoas, principalmente em nossos dias, em situações difíceis, problemáticas e até desesperadoras, lutando para sobreviver, se compensam fumando Hollywood e sentindo ao menos a ilusão do sucesso, a sensação do sucesso. O cachorro não come carne, mas saliva...

E assim por diante. Determinada marca de cigarro está ligada àquela moça que tem “charme”, pois o importante é ter charme. Tal bebida

já está indissolúvelmente ligada a determinada garota, morena, gotejando, como está gotejando a garrafa gelada. Astros e estrelas de cinema, desportistas bem sucedidos, cumprem o importante papel de vender produtos estocados ou encailhados; "engatar" compradores incautos com loteamentos lindos no papel mas terrivelmente desumanos para se viver; forçar pobres viúvas e empregadas domésticas a abrir cadernetas de poupança onde serão ainda mais exploradas nos já parcos tostões que recebem. E não são só financeiras e grandes empresários que recorrem a esses expedientes: o próprio governo federal, estadual ou municipal puxa a fila dos tocadores de flauta, criadores de ilusões, em propagandas oficiais mentirosas e despudoradas, usando o dinheiro do próprio povo para enganar esse mesmo povo, e esconder incompetência e corrupção. A força dessa propaganda é tão violenta e enganadora que chega a fazer as pessoas beijarem os próprios grilhões que as aprisionam...

As técnicas de tal propaganda são altamente sofisticadas, e usam inúmeros processos psicológicos, quase todos inconscientes ou semi-conscientes, para levarem as pessoas a se aprisionarem e iludirem. Entre outros processos podemos citar:

— a imitação, que é geralmente inconsciente: ela se dá de cima para baixo (imitam-se as pessoas mais importantes), e de fora para dentro (primeiro aceita-se a pessoa, depois se passa a imitá-la);

— sugestão e auto-sugestão: é um ato psicológico automático, no

qual não intervém a iniciativa ou o querer das pessoas, a quem se inspira uma idéia por métodos quase hipnóticos;

— persuasão: é uma insistência sobre a sensibilidade, que é atacada por uma série de motivações afetivas, às vezes conscientes, mas pouco lógicas, mesmo quando se apresentam como racionais;

— pressão moral, que consiste em levar alguém a agir, apelando para o sentimento de culpa, como, por exemplo, em comerciais apresentados por ocasião do dia das mães: "Você não será um bom filho, se no dia das mães não apertar a mão de sua mãe e não deixar nela um relógio..." De tanto repetir o comercial, e sendo que ninguém quer ser mau filho, a pessoa acaba comprando o relógio, mesmo sem condições de pagá-lo depois...

— a percepção subliminar, ainda não de todo compreendida, mas que certamente tem uma enorme eficiência, principalmente através de milhares de "out-doors" espalhados pelas cidades e ao longo das rodovias.

São necessárias aqui algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar sobre o aspecto ético dessa propaganda e publicidade. Até que ponto não está ela violando os direitos e a dignidade da pessoa humana? Até que ponto ela pode ser usada e manipulada para fins de consumo e para usufruir proveitos econômicos? Até que ponto isso pode ser considerado arte, criatividade, colocada a serviço do homem para o bem co-

mum, e até que ponto isso leva à escravidão e degradação da pessoa humana?

Em segundo lugar, devemos nos perguntar que valores e que comportamentos a propaganda cria e desenvolve. Há uma frase de Baran e Sweezy que nos faz pensar. Dizem eles: "A aspiração a status e o esnobismo, a discriminação racial e sexual, o egoísmo e a carência de contato, a inveja, a cobiça, a avareza e a ausência de escrúpulos — nenhuma dessas atitudes é criada pela propaganda, mas todas são usadas e articuladas por elas". A maioria da propaganda incentiva valores fundamentalmente materialistas de nossa sociedade, principalmente o lucro, a busca de prestígio, a competição, o exibicionismo, etc.

Um terceiro ponto refere-se à perda, ou diminuição, da liberdade a que estamos sujeitos numa sociedade onde existam tais tipos de condicionamentos. Vivemos bombardeados de mensagens, todas formuladas em forma afirmativa. Tudo vem de roldão, numa avalanche fenomenal. Uma pessoa normal, dum grande cidade, chega a receber até 30.000 mensagens ao dia. Corremos o risco de nos tornarmos robôs, e de passarmos a executar nossas ações por pura rotina. Fica difícil dar tempo e espaço à reflexão para uma real escolha e decisão. Perdemos o hábito de pensar, pesar os dois lados, decidir com consciência e liberdade. É importante que criemos um novo hábito, que poderíamos chamar de "hábito da liberdade", uma virtude que nos poderá garantir certa autodeterminação, na

medida em que dia-a-dia nos perguntarmos o sentido das ações que colocamos.

## 5. Conclusões e alternativas

Após tudo o que vimos, como religiosos, profetas e evangelizadores, temos de nos perguntar sobre nossa responsabilidade e nosso papel num mundo dominado pela comunicação. Que faria Jesus Cristo numa situação como a nossa?

Há aqui inúmeras considerações a fazer. Vamos por partes:

a) A consciência relativizadora: Não podemos nos deixar dominar pelo fatalismo ou desespero de pessoas que acham que não existe mais saída. Por mais avassaladora que seja uma comunicação, ela contém sua contradição. É possível criar alternativas ou explorar as contradições de algo que foi criado pelos homens, e se foi criado, pode ser desfeito ou re-criado de acordo com diferentes padrões. A consciência dessa relatividade é condição essencial para qualquer trabalho. Ninguém se põe a caminho se não percebe, se não acredita que é possível uma mudança, uma transformação. Para o cristão, que tem por obrigação ter esperança, lutar com fé naquilo que não vê, consciente da transitoriedade de todo o criado, essa atitude é indispensável.

b) Comunicação como um dos direitos humanos: o direito à comunicação é um dos direitos humanos. Mas direito à comunicação não significa o direito apenas de ser informado, e bem informado. A maioria das pessoas pensa que direito à co-

municação é o direito que tenho de ligar o canal de TV que quiser, de trocar a estação emissora de rádio ao nos cansarmos dela. Direito à comunicação é muito mais: é o direito que cada ser humano possui de dizer e pronunciar sua palavra, ouvir sua voz, divulgar seu pensamento. Temos direito à comunicação ativa, não apenas à passiva. O direito humano à comunicação é o de ser sujeito da comunicação, não apenas objeto. Estamos tão acostumados à sermos dominados que nos esquecemos desse nosso direito básico.

### c) A reforma agrária do ar:

Coloca-se aqui um problema extremamente sério e atual: até que ponto, em nossa sociedade, em nossas leis e Constituição, esse direito é assegurado? É verdade que não se pode chegar ao exagero de afirmar que cada pessoa, individualmente, deva chegar diante dum microfone e dizer o que pensa. Mas uma sociedade bem organizada e verdadeiramente democrática deve criar mecanismos tais que possibilitem a cada grupo organizado da sociedade a chance de poder dizer sua palavra e divulgar seu pensamento.

Gostaríamos de acentuar aqui um ponto central: a democracia, a verdadeira vivência democrática numa sociedade, passa pela democracia na comunicação. Se é a comunicação que constrói a realidade, numa sociedade de sinais como a nossa, se quem possui a comunicação possui o poder, então uma democracia verdadeira deve propiciar o exercício desse poder a todos os

grupos democraticamente organizados. É essencial dar-se conta que a comunicação, os meios de produção da comunicação, são meios de produção diferentes: não são simplesmente como uma fábrica ou mesmo uma terra. Eles são um serviço essencial e estratégico, fundamental, decisivo e decisório, através do qual passa hoje a opinião pública, a realidade e o poder. Sendo tal tipo de serviço esses meios não podem estar nas mãos de apenas alguns, que decidem a seu bel-prazer, o que deva ser dito, divulgado, noticiado, publicado. Se há um meio de produção que deva ser socializado e colocado a serviço de toda população, esse meio de produção é o da comunicação. E não é exatamente isso que estamos vendo e assistindo nos debates da Constituinte. A Comunicação está sendo tratada como se fosse um meio de produção qualquer, concedido a grupos escolhidos, trocado por vantagens e favorecimentos político-partidários. Torna-se assim urgente uma "reforma agrária do ar", como muito bem afirmam as muitas organizações populares que se vêm privadas da possibilidade de fazer ouvir sua voz.

### d) A crítica da comunicação que está aí:

Temos de ser realistas e saber que não podemos, duma hora para outra, prescindir da comunicação que aí está, e jogar o aparelho de televisão pela janela... já por que haveria alguém esperando para apanhá-la. A solução, a curto prazo, é levar as comunidades e famílias a criarem um instrumental de análise para poderem discernir e criti-

car o que nos é fornecido. Já existem iniciativas muito interessantes nesse sentido. Há até vários grupos que estão desenvolvendo estudos e práticas da "leitura crítica da comunicação", principalmente os grupos ligados à UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação). As Edições Paulinas já publicaram vários livretos que podem ajudar as escolas, comunidades e famílias nesse sentido, como "Leitura Crítica dos Jornais", "Leitura crítica da TV", "Histórias em quadrinhos: leitura crítica", etc. Toda escola ou grupo pode desenvolver essa consciência crítica através da comparação entre as notícias dadas por diferentes jornais, por exemplo, ou através da pesquisa que se pode fazer, quando possível, entre o que aconteceu de verdade e o que foi publicado pelo meio de comunicação.

Toda família, escola ou comunidade deveria reservar um tempo para discutir os valores e mensagens subjacentes a um filme, a um programa de televisão, a uma novela, ao noticiário apresentado, etc. Através desse exercício crítico será possível descobrir e evitar falsidades, atitudes e comportamentos que ferem a dignidade da pessoa humana, ferem a ética e contrariam valores evangélicos.

e) Por uma comunicação alternativa:

Não é possível parar apenas diante do que está aí: é preciso fazer, construir uma nova comunicação, uma comunicação alternativa. É aqui que devemos empregar nossa criatividade e nossa coragem.

A comunicação alternativa não agrada aos donos do poder, principalmente numa sociedade autoritária e concentradora de capital como a nossa. A prova mais cabal disso está na repressão que a comunicação alternativa sofreu e sofre por parte dos grupos dominantes. Temos ainda presente como foram duramente reprimidos pela censura. Quando não eram silenciados em sua origem, eram reprimidos em sua distribuição através de bombas jogadas às bancas ou de incêndio dessas bancas. Atualmente a censura é mais sofisticada, pois ela deve ser feita pelos próprios editores: é a censura interna. Nada do que possa desagradar ao poder ou aos grupos dominantes deve ser veiculado. Se é o próprio meio de comunicação que assume uma postura alternativa, publicando matérias que desagradam aos senhores do poder ou do capital, esse meio é combatido de forma indireta, perdendo o crédito, sofrendo restrições na aquisição de material essencial para sua sobrevivência, etc.

O mais importante, contudo, da comunicação alternativa, é educar para a comunicação, formar pessoas que possam e saibam se comunicar. Formar sujeitos de comunicação. Aprende-se a comunicação praticando a comunicação. Aprende-se a falar, falando. A escrever, escrevendo. Não se pode entender, nessa perspectiva, uma escola que não tenha seu meio de comunicação. Até cada aula, cada turma, deveria ter seu boletim, nem que fosse mimeografado. Ou um alto-falante, onde se fala e se escuta a própria voz. As facilidades trazidas pelos

vídeo-cassetes e filmadoras individuais podem ajudar enormemente a desmistificar a televisão. O jovem pode ver-se no vídeo e saber que não há nenhum mistério no artista ou galã da televisão que toda noite toma horas de seu tempo.

A escola como um todo deve ser uma escola de comunicação. É aí que os alunos aprendem a ser sujeitos, a praticar comunicação e a dizer sua palavra. Eles vão aprender a exercer um direito que é deles, e não se sujeitarão mais a ser simples ouvintes e expectadores. Como é triste ver pessoas que têm medo dum microfone, que se angustiam e perdem a naturalidade no momento em que são convidados a dizer sua palavra. Esses são os verdadeiros dominados. E nada melhor para a manutenção duma sociedade autoritária e discriminatória do que pessoas que tenham receio de falar e que se prestam apenas a ser ouvintes e executores de ordens dadas. É o que de melhor pode existir para o poder autoritário. Até do voto elas depois chegam a abrir mão. Há professores e diretores de escolas que se sentem extremamente mal quando os alunos, no boletim da escola, escrevem alguma matéria fazendo críticas à direção ou professores; isso se torna razão, muitas vezes, para eles fecharem ou não permitirem tais meios de comunicação. Essa prática anti-democrática faz com que a escola se torne uma praça de guerra, onde professores e alunos se tratam como inimigos, em vez de ser um local onde se desenvolvem e se incentivam relações de fraternidade e de-

mocracia. Se os alunos nunca têm voz e vez de dizer sua palavra e expressar seu pensamento, ao terem oportunidade de fazê-lo, é natural que tratem seus professores como inimigos.

É bonito ver como muitas comunidades de base, principalmente de periferias de cidades, já entenderam a importância da comunicação, e estão se organizando para ter seu pequeno boletim em que divulgam lutas e vitórias, seus alto-falantes onde dão notícias, seus murais, suas faixas, cartazes, panfletos, etc. Em sua pobreza, elas nos ensinam como lutar, como encontrar alternativas.

f) Ambigüidades e contradições que estão presentes na problemática da comunicação.

A primeira, e maior delas, é a que deriva da própria estruturação de nossa sociedade. Não é segredo para ninguém que nosso modo de produção capitalista se rege por relações assimétricas, pouco democráticas e muito anti-evangélicas, que são as relações de dominação em que os meios de produção estão nas mãos de poucos, e de exploração onde o capital se enriquece às custas da expropriação do trabalhador. Essas relações básicas permeiam todo o tecido da sociedade e se apresentam, duma maneira clara, na esfera da comunicação. A ambigüidade e a contradição se apresenta, então, quando um grupo dessa mesma sociedade possui um meio de comunicação, e quer que seja democrático, ou que leve ao estabelecimento de relações igualitárias e fraternas. Isso se torna mais complexo no momento em que se sabe que

é o Estado, em nossa sociedade, quem detém a concessão desses meios de comunicação. Sendo o Estado o representante e o braço direito do capital, constituído e defensor apenas duma classe, quando deveria ser de toda a sociedade e do bem comum, cedo ou tarde a contradição dum meio de comunicação, que defenda a justiça e os mesmos direitos para todas as pessoas, se torna presente. Alguns meios de comunicação que quiseram ser coerentes, acabaram sendo fechados, perdendo sua concessão. Outros sofrem restrições veladas e indiretas, tendo de fazer concessões para evitar um mal maior. De qualquer maneira, eles têm de se sujeitar a essas contradições e viver nessa ambigüidade, o que dificulta enormemente seu poder evangelizador e profético. A grande questão que se apresenta, nessa situação, é a decisão a respeito do que seria mais eficaz aos agentes evangelizadores: ter seu próprio meio, permeado de contradições, fazendo o jogo do sistema, ou procurar influir nos meios de comunicação, de dentro deles, como pessoas e trabalhadores inseridos nos meios já existentes, evangelizando-os a partir de seu interior. O fracasso, econômico e administrativo, de muitos grupos religiosos que possuíam tais meios, mas não conseguiam competir como empresas capitalistas, fazendo o mesmo jogo que elas, levou muitas entidades a desistir da posse do meio de comunicação, procurando outras estratégias.

Uma segunda contradição e ambigüidade se refere à própria ma-

neira de usar a comunicação. É impressionante o número de emissoras de rádio, de programas pagos de TV e mesmo de publicações escritas que estão proliferando no Brasil e em toda a América Latina. É o que se convencionou chamar de "igrejas eletrônicas". Algumas emissoras de rádio chegam a ficar 24 horas por dia divulgando programas religiosos, curas e exorcismos de toda ordem. Muitos cristãos e religiosos, vendo essa situação, se perguntam por que a Igreja Católica, ou as Ordens Religiosas, também não entram nessa estratégia. Mas poucos se dão conta da problemática existente por detrás desse jogo: todos concordariam em usar as mesmas técnicas, apelar para os mesmos truques, usar engodos e manipulações que chegam, às vezes, a verdadeiros crimes de exploração da boa fé das pessoas, quando não atingem as raias da simonia? O que é preferível: ter grandes multidões, manipuladas e massificadas, ou investir na organização e conscientização das pequenas comunidades, dos grupos de base, formando cristãos conscientes e sujeitos da história? Há emissoras, mesmo católicas, que conseguem ter uma enorme audiência. Mas que preço elas precisam pagar à evangelização em profundidade, à formação duma consciência crítica? O ideal, sem dúvida, seria ligar a grande audiência à evangelização em profundidade, criando grupos conscientes e críticos, sujeitos de sua história. Mas essa prática feriria imediatamente as estruturas básicas do sistema em que vivemos, pois levaria a uma mudança qualitativa

de nossa sociedade que ainda necessita de grandes massas acríticas e quase analfabetas para poder reproduzir suas relações de dominação e exploração.

## **Conclusão**

A problemática da comunicação não é um tema fácil de ser discutido. Ele reproduz, de maneira simbólica e complexa, a problemática central da sociedade como um todo. Talvez por isso mesmo seja ela tão importante. Tentamos, no decorrer dessas considerações, mostrar sua importância e complexidade, e as diferentes formas como se apresenta e como funciona.

O mais importante, contudo, é tomarmos consciência de que ela possui contradições, como qualquer outra realidade histórica, e que é possível explorar essas contradições. É possível resgatarmos o domínio sobre a comunicação no momento em que, duma parte, enfrentarmos criticamente o que nos é fornecido e, de outra, quando tivermos a capacidade e criatividade de fazermos uma nova comunicação, democrática, participativa, livre e universal.

A luta por uma sociedade livre, democrática e justa passa pela luta por uma comunicação livre, democrática e libertadora.

---

## **Válido ontem. Por que, hoje, não?**

“A primeira exigência que se fazia, no projeto romano-europeu de evangelização, era do ensino catequético como uma das prioridades do processo evangelizador, ou seja, aprofundamento doutrinal. Intimamente unido a este objetivo estava o de levar o povo a uma maior participação sacramental”. Leia a página 138.

## **Certo ou errado? Leia à página 190.**

1. As Conferências Episcopais “não possuem base teológica, não fazem parte da estrutura indispensável da Igreja, assim como querida por Cristo. Possuem, apenas, uma função prática concreta”.

2. A Cúria Romana, organizada sob o modelo do Império Romano e o Império Medieval, teria embasamento teológico mais sólido, fazendo assim parte da estrutura indispensável da Igreja querida por Cristo?

3. O Episcopado é a expressão da visibilidade da Igreja Católica. É através do corpo episcopal atuante e responsável, e não por cima ou à margem dele, que se une ao pontificado romano como expressão e sacramento da unidade cristã.

# A VERTENTE FEMININA DA IGREJA

*É impossível conter a dinâmica interna da verdade.*

**Marcello Azevedo S. J.**

A índole da presença e da missão da Igreja no mundo está necessária e intimamente ligada à presença e à missão de Jesus na História. Com Jesus e por ele, Deus se faz um de nós. Este Deus não é criação de pessoas humanas (ídolo) e nem é projeção delas (mito). Tampouco é o próprio ser humano arvorado em sucedâneo de Deus (algumas tradições orientais) ou em centro de si mesmo (humanismo secular moderno). O Deus de Jesus Cristo, no contexto e na perspectiva da tradição judeo-cristã, é o transcendente, o irrepresentável, o totalmente outro. Mas Ele é também criador e salvador do Homem. É um Deus vivo, pessoal, pluri-e-interpessoal. É um Deus AMOR que se faz próximo de nós e estabelece aliança com a Humanidade. Dá-nos, em Seu Filho, a participação e comunhão em Sua própria vida, ao assumir-nos como filhos e filhas no Filho.

O referencial e a mediação decisivos de todo este processo de libertação da Humanidade por Deus e de comunhão da Humanidade com Deus, é o Verbo feito Ser

Humano, Jesus, o Cristo. Jesus é plenamente humano. Ele se faz um de nós, em termos bem concretos: nasce em tempo e lugar definidos, no contexto identificável de uma cultura e sociedade; surge em uma família, em um quadro de descendência e genealogia rastreáveis; é parte de uma tradição religiosa, em um momento reconhecível de sua evolução histórica, espiritual e cúl-tica. Jesus assume, pois, totalmente, o que é próprio de todo ser humano que surge neste mundo. Excetuado o limite moral, como nos recorda a carta aos Hebreus, Jesus comunga em todos os limites decorrentes das múltiplas formas de ser humanamente concreto. A fórmula não poderia ter sido melhor, se é que a *Encarnação* devia ser levada a sério; seja na intenção divina, seja na realização humana, seja, enfim, no seu alcance humano-divino para a humanidade como um todo.

## **Os dilemas da Encarnação**

Esta perspectiva marcadamente concreta da *Encarnação* não tinha,

porém, como contornar dois *dilemas* realmente inevitáveis.

*Primeiro.* Na intenção salvífica universal de redimir e libertar a humanidade de todos os tempos e de todas as latitudes, através do Filho de Deus feito Humano em Jesus Cristo, não era possível ter um Jesus plenamente humano, sem tempo nem lugar, sem cultura nem tradição. Ele teria sido a-histórico, e teria esvaziado o sentido e a confiabilidade da *Encarnação*. Jesus tinha, pois, que emergir na história dos homens como alguém particularizado no tempo e no lugar. E assim foi, como já vimos. A partir, porém, desta base particular, sabemos que é universal, no espaço e no tempo, o alcance de seu mistério de salvação dos homens e de comunhão com eles. Este é um dado bíblico-teológico adquirido que não requer aqui ulterior elaboração. Desejo sublinhar apenas que a *Encarnação* não seria algo de autenticamente enraizado na realidade humana, se o dilema *universal-particular* não fosse enfrentado e resolvido, tanto na sua realização como na sua interpretação. Ele o foi, e de modo notável: o Verbo encarnado em Jesus Cristo é, a um tempo, particular no humano concreto de sua realização e universal no alcance sem fronteiras da projeção de sua presença e missão. Ele foi e é assim compreendido na percepção antropológico-teológica da Igreja. Esta solução humano-divina do dilema inevitável é parte de nossa fé e foi amplamente escrutinada e tematizada pela teologia de várias épocas, já desde os tempos apostólicos.

Convém não esquecer, porém, que, a partir do primeiro quartel do segundo milênio e, sobretudo, da era dos descobrimentos até praticamente o Concílio Vaticano II, a Igreja absolutizou de fato uma única versão cultural, como paradigma único e como mediação exclusiva da difusão do evangelho. Este foi o modelo cultural não-moderno da civilização européia ocidental, surgido na gestação das grandes sínteses medievais. Após quase um milênio de *inculturação* efetiva, na tradição judaica e helenista, nos espaços culturais greco-romano e norte-africano, na assimilação dos povos bárbaros e no oriente cristão bizantino e eslavo, a Igreja pautou sua missão universal pelos cânones exclusivos de uma determinada cultura, durante quase todo um outro milênio. A teologia e a prática da *inculturação* nos estão devolvendo uma dimensão cristológica humanamente fundamental da experiência eclesial vivida na tensão universal-particular, construindo a unidade na diversidade e não na uniformidade de um único padrão cultural.

*Segundo.* Mas há um outro dilema igualmente ineludível. Deus, o totalmente outro e transcendente, não tem, com a realidade material da criação e da humanidade nela, qualquer base comum que nEle implique a dimensão da *sexualidade*, elemento central da vida no plano criado. No entanto, para concretizar a *Encarnação* para ser realmente um de nós, era indispensável assumir este parâmetro fundamental da realidade humana: a *sexualidade*. A ciência nos dá hoje a consciência

de que a humanidade se concretiza não na dicotomia irreduzível e sim na partilha e integração do masculino-feminino, sem que uma destas vertentes possa pretender exclusividade, hegemonia ou superioridade. Na sua inegável diversificação, o masculino e o feminino são expressões diferentes da mesma realidade humana. Ademais, a antropologia, a biologia e a psicologia nos mostram, no seu estágio atual, quanto de mutualidade existe no masculino e no feminino, quanto de um se faz presente e atuante no outro, quanto um não pode ser compreendido sem o outro. Todavia, apesar desta íntima correlação, é evidente que a concretização antropológica, biológica e psicológica, da humanidade se faz efetivamente através de seres humanos distintos, que são, de fato, *homens e mulheres*. Ao realizar pela Encarnação Seu plano de salvação, Deus — que não pode ser conotado em termos antropomórficos, biológicos ou psicológicos, de sexualidade —, não tinha como não ser humanamente sexuado no ser humano em que se encarnasse. Em Jesus, o Verbo divino que se fez ser humano, fez-se, de fato, *masculinamente* humano. Esta determinação masculina de seu específico humano iria inseri-lo de modo igualmente inevitável no contexto socio-cultural de sua gente, de seu tempo e de seu lugar, com as conseqüências disto decorrentes.

\* \* \*

Em relação à solução deste segundo dilema, não foram tão cla-

ros, ao longo da história — como o foram na bifurcação particular-universal — os desdobramentos doutrinários ou pastorais, teóricos ou práticos, na vida da Igreja. Inserida ela mesma na História, a Igreja adotou e seguiu a marcha socio-cultural dominante, marcadamente masculina, da análise e compreensão, da interpretação e configuração da humanidade e de sua expressão societária e religiosa. Há até bem pouco tempo, não se havia questionado ou alterado ainda na sociedade humana, de modo significativo, a plurimilenar hegemonia masculina. Em consequência, a questão da presença, da significação e do alcance da mulher, no mistério total de Jesus e de sua missão, não havia sido globalmente tematizada como tal. Ela o foi, por certo, de modo particular e específico, através sobretudo de dois referenciais de diversa natureza. Um, mais explícito, embora não abrangente da totalidade feminina, foi a ênfase dada, desde muito cedo, ao componente *mariológico* na compreensão do mistério de Cristo e da Igreja. Outro, não sempre proporcionalmente explicitado do ponto de vista teórico, foi a efetiva, ampla e diversificada *presença e ação feminina* na história e na evolução da fé cristã. Este dado já vem dos tempos do próprio Jesus e logo se tornou uma clara dimensão neo-testamentária. Ele atravessou inúmeras vicissitudes através dos séculos. Situações complexas e não raro conflitivas vieram a fazer dele um dado eclesiológico relevante, de fato, embora preponderantemente implícito até há pouco. A crescente consciên-

cia socio-cultural, sobretudo no Ocidente contemporâneo, e muitos estudos recentes nos vão revelando sempre melhor a presença e significação da mulher nesses dois mil anos de Igreja e particularmente em nossos dias.

### **Delimitação do campo**

Para focalizar a vertente feminina da Igreja, não pretendo partir aqui da imensa produção bibliográfica sobre a mulher, em geral, e a mulher na Igreja, em particular, embora a tenha presente. Tampouco vou ventilar questões disputadas, algumas, ainda muito polêmicas e divisivas. Deixarei intocado o tema da ordenação das mulheres. É uma questão candente hoje no Primeiro Mundo, especialmente nos Estados Unidos. Mas é também um tema percebido diversamente em outras latitudes e nem sempre sentido como prioridade imperativa ou urgência na Igreja toda. Tampouco é universal e uniforme o seu enfoque e a motivação para tratá-lo, se comparamos contextos eclesiais distintos, como o da América do Norte e o da América Latina, por exemplo. Ademais, do ponto de vista estrutural da identidade da vocação à vida religiosa, uma eventual futura ordenação de religiosas seria, por certo — como o é no caso de religiosos clérigos —, uma expressão ministerial, sem conexão direta nem essencial, porém, com a vocação religiosa em si mesma. Sabemos todos que alguns institutos masculinos — os Franciscanos (OFM) concretamente — sentem hoje, como nos seus primórdios, o

impulso contrário: o de valorizar sempre mais a vocação religiosa em si mesma, sem privilegiar a dimensão clerical do ministério ordenado de boa parte de seus membros. A razão principal, porém, para não tocar aqui o tema da ordenação das mulheres é o desejo de evitar que a carga emocional não raro ligada ao tema perturbe a visão ponderada de outros dados significativos no estágio atual da consciência eclesial.

Independentemente, pois, deste problema específico da ordenação das mulheres e da evolução que venha a ter o seu tratamento escriturístico, teológico ou antropológico, penso que estamos vivendo um momento crucial na Igreja hoje em relação à vertente feminina do Povo de Deus. É fundamental para a Igreja estar atenta às conseqüências de ordem operativa do pressuposto evangélico e teológico de que homens e mulheres são *igualmente* filhos e filhas no Filho. Não há hoje, em princípio, e sempre menos no contexto atual da vida, qualquer fundamento para a superioridade, exclusividade ou discriminação masculina em relação às mulheres.

A Igreja não deve ter medo de dizer isto e de ser coerente com sua implementação na prática, pelo receio de não estar preparada para as críticas internas que lhe venham a ser feitas. A Igreja não deve silenciar isto pelo risco eventual de que sejam tiradas conseqüências mais amplas do que as que ela atualmente está disposta a considerar e aceitar. A experiência nos

ensina que, muitas vezes, na busca sincera da verdade, nós explicitamos premissas que prudencialmente julgamos poder exprimir no momento. Outros se encarregam de estabelecer entre elas nexos lógicos de ilações potenciais. Pode se chegar assim a conclusões que nós, consciente ou inconscientemente, entrevíamos mas temíamos. Isto aconteceu inúmeras vezes. A história mostrou sempre que é difícil ou mesmo impossível reprimir ou conter a dinâmica interna da verdade. Não tem, pois, sentido calar taticamente a parte de verdade que alcançamos, por receio de que ela venha a implicar e revelar a outra face da verdade que tememos.

Ao longo da história, a vertente masculina das culturas e das religiões admitiu sem qualquer problema, que as mulheres fossem expostas à ação profissional de homens: dos diretores espirituais, dos psicólogos, dos professores, médicos, advogados e dos trabalhadores de muitos misteres e qualificações. No nível atual da consciência eclesial e socio-cultural sobre a igualdade evangélica de homens e mulheres, não deveria haver razão objetiva para que os homens não fossem igualmente expostos à contrapartida profissional de mulheres nestas como em outras áreas.

Em condições iguais de competência profissional, não se justifica a relutância teórica ou prática em admitir mulheres como pesquisadoras e professoras em vários campos, inclusive o da teologia; mulheres, como diretoras espirituais, como orientadoras de retiros, como

participantes em conselhos diretores de formação religiosa ou de ação pastoral e administrativa. Falo de programas e projetos, em uma palavra, cujos destinatários são não só mulheres, mas homens também, inclusive seminaristas e sacerdotes. As mesmas disposições e cautelas que as mulheres tomavam e tomam em relação aos homens, no âmbito específico destas atuações, deveriam ser observadas pelos homens em relação ao exercício profissional das mulheres. Mas não há hoje, no nível socio-cultural e teológico-eclesial em que nos encontramos, razões de peso para justificar que as mulheres continuem a ser servidas pelos homens em várias frentes profissionais e que o mesmo não se possa verificar em sentido contrário. Há, na patente ou latente resistência a isso, um preconceito cultural masculino que é redutor e insustentável hoje. Ele se traduziu em barreira cultural em muitas culturas não-modernas. Em contradição com a inspiração cultural de fundo, este preconceito se afirmou e perdurou também, com maior ou menor intensidade, na cultura ocidental. Esta resistência é particularmente sensível no subgrupo socio-cultural eclesiástico.

Não pretendo apoiar teoricamente ou documentar estatisticamente estas afirmações. Isto tem sido feito tanto na bibliografia recente sobre a mulher, como em grupos e movimentos, simpósios, e congressos nos últimos anos. Desejo, sim, focalizar a incidência da vertente feminina já existente e atuante na Igreja. Quero ressaltar a importância de que as conseqüências deste

dado sejam tranquilamente legitimizadas e integradas à práxis eclesial normal, sem traumas que desgastam energias e retardam um processo antropológicamente irreversível.

## **Presença da mulher na Igreja hoje**

### ● *Dimensão teológica e bíblica*

Não pode ser irrelevante para a própria visão cristã do mundo a crescente presença feminina no campo *teológico*. Depois da Segunda Guerra Mundial e, mais concretamente, a partir da década de 60, temos na pesquisa, na reflexão, na elaboração e produção escrita e na docência teológica, mulheres, religiosas e leigas, de grande valor\*. O fato de a mulher começar a pensar e a dizer a sua reflexão sobre a Revelação desperta-nos para dados novos e aspectos insuspeitados desta mesma Revelação. Até há pouco, a exegese e a teologia bíblica, por exemplo, eram um feudo de homens. A leitura e a interpretação da Escritura e seu consequente alcance sobre a vida eclesial, refletiam naturalmente esta exclusividade. Por aí se explicitavam não só os valores, como também os limites e preconceitos da predominante vertente masculina. O crescente acesso da mulher aos estudos bíblicos formais, com o seu

---

\* Devo à Professora Maria Clara L. Bingemer algumas das reflexões partilhadas aqui em relação às dimensões teológica, metodológica e espiritual.

credenciamento por títulos académicos idênticos aos dos homens, bem como a seriedade e rigor da produção feminina, permitem que venham à luz aspectos antes não percebidos. São valorizados certos textos mantidos na obscuridade ou unilateralmente interpretados. A teologia e a exegese assim como a consciência eclesial dos fiéis só podem beneficiar-se com esta contribuição, nem podem fechar-se a ela ou deixar de tomá-la a sério.

### ● *Dimensão metodológica*

Não se trata apenas de uma questão de conteúdo. Há também uma dimensão *metodológica* que não pode ser esquecida ou subestimada. Tem-se revelado peculiar o modo de a mulher estudar, refletir e fazer teologia. A índole abrangente e integradora que na mulher se manifesta no plano biológico e psicológico, faz-se sentir igualmente no nível metodológico de seu trabalho. Dificilmente uma mulher consegue separar — como mais facilmente o fazem os homens — o rigor da pesquisa e a dimensão afetiva de sua experiência espiritual.

A hegemonia moderna do método científico — sobretudo o de cunho positivístico, que se firmou a partir do século XIX — e a pretensão de absoluta objetividade a ele atribuída pela cultura ocidental vêm sendo muito relativizadas por estudos recentes. Eles nos mostram a marca da subjetividade e o peso do interesse, das cargas ideológicas ou discriminatórias, no núcleo mesmo da investigação científica e de suas expressões tecnológicas ulte-

riores. A teologia feita pela mulher reveste aspectos desta crítica de fundo, à ilusão científica de uma objetividade asséptica. Essa teologia tem se expressado de modo compassivo e apaixonado, por vezes. Sem perda de precisão e de qualidade, ela destila a parte de coração que enriquece e completa a estrita percepção racional da mente. Não quero dizer que o homem também não o manifeste. Mas, pelos condicionamentos culturais sobretudo ocidentais que só agora começam a ser superados, esta expressão abrangente tem sido mais característica das mulheres do que dos homens. Elas a censuram menos e trazem por aí um enriquecimento à reflexão teológica. Esta é, aliás, uma tendência cultural significativa na mutação antropológica em curso, do moderno para o pós-moderno. A mudança de paradigmas intocáveis nos últimos dois ou três séculos, o reconhecimento de outras epistemologias e outros discursos, e não só dos ditados pelo método científico de extração moderna, além da emergência de nova qualificação de valores, são índices de uma transformação significativa, da qual a emergência do feminino é também um componente importante.

### ● *Dimensão espiritual*

No campo da *espiritualidade*, a mulher começa a ocupar um espaço ainda mais amplo. Sua presença na direção espiritual, na orientação de retiros e na configuração autônoma dos programas de formação inicial e permanente nas comunidades religiosas ou nos movi-

mentos leigos é um fato novo e de grande alcance. Ele é um resultado direto da melhor qualificação teológica das mulheres e uma aplicação adequada de sua característica metodologia.

Uma tradição milenar reservou estas funções ao homem clérigo, consequência direta do privilégio de acesso à educação, que por séculos distinguiu na Igreja (e, por muito tempo, também na sociedade), a socialização dos homens em contraste com a das mulheres. Além disso, uma das principais razões para esta exclusividade masculina foi a identificação indevida do diretor ou orientador espiritual com o confessor. A distinção clara que entre eles faz Santo Inácio de Loyola, nos Exercícios Espirituais, por exemplo, ficou eclipsada por muito tempo. Só há pouco, através do estudo das fontes, reemergiu a consciência de que não é necessário e, às vezes, nem mesmo conveniente, que se encontrem na mesma pessoa o confessor e o diretor espiritual. A função deste último abrange mais o todo da pessoa em sua rede de relações interpessoais e sociais. Ela requer, não raro, aspectos de competência técnica, de ordem espiritual, psicológica ou psicossocial, que não necessariamente devem ser postulados em todo confessor. A nova consciência dos carismas religiosos, que resultou do reestudo da história e das fontes, por ocasião dos capítulos de renovação e da elaboração das novas constituições, é indispensável para um(a) diretor(a) espiritual em uma comunidade religiosa. Nem sempre, porém, ela será acessível a todos os

confessores. A complexidade dos programas atuais de formação acadêmica de diretores espirituais, como a farta bibliografia recente a respeito, deixam claro a índole diversa das duas funções. Nada impede que uma só pessoa exerça competentemente as duas. Mas é importante a consciência de suas fronteiras respectivas e a possibilidade e até conveniência, pois, de que sejam diversos os titulares por elas responsáveis.

Juntamente com os benefícios e a riqueza que a história da direção espiritual nos revela, ao longo desta tradição de exclusividade masculina, há um penoso registro de formas implícitas ou explícitas de dominação, de repressão e opressão, quando não de imposição indevida de docilidades e obediências. É claro que a mulher não está isenta disto. Pelo contrário, o exercício da autoridade por mulheres, nas comunidades religiosas ou na sociedade, revela, por vezes, aberrações comparáveis. Mas a presente experiência da atuação da mulher no campo espiritual vem manifestando a ênfase consciente em uma outra direção: uma tendência mais sapiencial e abrangente. Vejo duas razões principais para isso. Primeira. A mulher acedeu recentemente a esta forma de serviço no contexto de um estágio reflexo de crítico amadurecimento socio-cultural da humanidade. Este estágio envolve a crítica e a crise da modernidade. Esta etapa foi precedida pela hegemonia e difusão do paradigma moderno em contraste com o então dominante modelo não-moderno de culturas e sociedades.

Houve, na verdade, antes da fase atual de transição, dois lançamentos evolutivos de longa duração. Ambos afetaram mais a mulher do que o homem. Na consciência e no recente estudo destes impactos e sofrimentos, vejo a segunda razão que tem levado as mulheres a uma nova maneira de exercer este ministério espiritual. O fato também de fazê-lo, em geral, sem excluir os homens, mas quase sempre em meio a uma equipe mista de homens e mulheres que atuam em conjunto, enriquece a perspectiva global pela qual a Igreja vai percebendo a ação do Espírito. Há delicadezas na ação de Deus que a mulher intui e vive de modo intenso. Ela completa assim a percepção do homem e ambos nutrem o conjunto da vida espiritual e religiosa da Igreja como um todo. Alternando-se e complementando-se nos papéis de mestres(as) e discípulos(as), homens e mulheres se dão conta de que, nas coisas de Deus, somos todos aprendizes sempre e precisamos uns dos outros.

#### ● *Dimensão pastoral*

É inegável também a presença qualificada da mulher na ação pastoral. É bem verdade que não lhe foi ainda assegurada, na fase do planejamento, uma parte proporcional ao que dela é pedido nas etapas de execução, implementação e avaliação dos projetos. Mas é hoje evidente por toda parte, especialmente nos países do Terceiro Mundo, que a ação apostólica da Igreja hierárquica seria inviável sem a presença e colaboração quantitativa e qualitativa das mulheres, re-

ligiosas e leigas. Neste plano, a mulher se revelou criativa, perseverante e pedagógica. Uma boa parte da iniciação cristã e da educação na fé, em seus vários estágios individuais e comunitários, está preponderante ou inteiramente confiada às mulheres na Igreja atual. Por aí, elas continuam espiritual e simbolicamente a dar vida às novas gerações de cristãos e a educá-las na fé.

As mulheres, religiosas e leigas, também se distinguiram na coerência em traduzir na vida algumas opções mais radicais da Igreja. A opção preferencial pelos pobres, eixo central de inspiração da ação pastoral da Igreja na América Latina, encontrou nas mulheres uma expressão corajosa. Mais do que os homens, elas se deslocaram para áreas depressas, rurais ou urbanas. Estão presentes nas comunidades eclesiais de base como nos bolsões de pobreza extrema dos países em desenvolvimento. As mulheres têm chegado e permanecido onde, por real carência ou por dificuldades de presença estável, os homens não chegaram ou não puderam ficar.

Esta articulação de presença de vanguarda e de ação educadora da fé põe em evidência a importância do anúncio do evangelho pelas mulheres, anúncio muitas vezes inexistente ou impraticável, não fora a atuação delas junto ao Povo de Deus. É inquestionável a vinculação de palavra e sacramento na missão apostólica do ministro ordenado. Mas é realmente justificável a exclusão, na prática, de leigos, homens e mulheres, devida-

mente capacitados para isso, da possibilidade de serem também eles e elas anunciadores da palavra em nome da Igreja? À luz da atual teologia da missão e da responsabilidade de todos na construção do Reino em força do batismo, podemos permitir-nos, como Igreja, ignorar, de fato, ou deixar inativa uma reserva humana tão qualificada? Em uma era de intensa e sofisticada comunicação e informação, exigentes, ambas de treinamento adequado, podemos consentir em tirar de excelentes comunicadores cristãos, homens e mulheres, a possibilidade de repartir em nome da Igreja o pão da palavra de Deus?

#### ● *Dimensão administrativa*

Finalmente, também no plano administrativo da instituição eclesial, é ponderável hoje a colaboração feminina. Relutantes em abrir a elas uma real participação e iniciativa no exercício do poder, os homens na Igreja sabem quanto é válida a iluminação feminina na elaboração de decisões e na concretização de mediações de ação e comunicação. As instâncias eclesiais que têm trabalhado em base a uma cooperação igualitária de homens e mulheres nos níveis de decisão, reconhecem-se enriquecidas no método e na qualidade dos processos operativos. A identificação que, de fato, se consolidou na tradição eclesial entre o exercício do poder e o credenciamento sacramental (Ordem) dos titulares do poder na Igreja, adquiriu foros de universalidade e exclusividade que valeria a pena reestudar mais a fundo. Há

uma tendência inegável e bem-vinda na Igreja hoje para maior comunhão e participação nas várias frentes da vida eclesial. É importante que esta tendência encontre modos de traduzir-se também no plano do exercício evangélico do poder na Igreja. Esta afirmação é tanto mais procedente quanto a natureza deste poder intra-eclesial é compreendida em nossos dias pelo ângulo do serviço, da dedicação, da identificação com os simples e pobres. Contrariamente a outros tempos, o poder na Igreja é hoje visto muito menos como domínio e senhorio sobre pessoas e instituições, como privilégio e dignidade humana, como título ou benefício pessoal, familiar ou grupal. Por que não introduzir de direito as mulheres também em um espaço que elas já ocupam de fato há muito tempo e, não raro, com melhor qualificação profissional e com maior disponibilidade do que alguns detentores masculinos do poder formal? Há, sem dúvida, uma área específica de vinculação do poder sacramental ao poder jurisdicional. Mas, não é verdade, que há na Igreja um transbordamento infundado e indevido desta vinculação em muitos campos e níveis no exercício do poder? Não é verdade que a escassez de sacerdotes nos vai levando a admitir em paz o que antes excluíamos?

### **Conclusão**

A presença efetiva da mulher na Igreja atual, em dimensões *teológico-bíblicas, metodológicas, espirituais, pastorais e administrativas* nos dão consciência de sua signi-

ficação e alcance, real e potencial, para o serviço e educação do Povo de Deus, para o crescimento da Igreja e a construção do Reino. Em praticamente todas estas dimensões, podemos reconhecer tanto o sentido e a qualidade da contribuição feminina, como a impropriedade ou justificação de uma rejeição ou discriminação estrutural por parte da Igreja em relação a ela. Em vários níveis destas dimensões, devemos admitir a não legitimidade de uma exclusiva atuação da vertente masculina na Igreja, assim como ela se verificou na história e ainda em nossos dias. Podemos igualmente valorizar a vertente feminina da Igreja daqui por diante e potenciar o significado de uma ação eclesial que integre plenamente o masculino-feminino. Reconhecer isto e traduzí-lo em ato é parte da verdade que só pode contribuir para fazer crescer a Igreja e para realizar o pleno alcance apostólico do evangelho. É um passo a mais no processo contínuo da História da Salvação. Sob a ação do Espírito ela caminha em nossa consciência eclesial, pela melhor compreensão do mistério de Jesus Cristo. Na eliminação de tensões indevidas nessas dimensões mencionadas, podemos estar contribuindo para iluminações futuras. Elas ajudarão à Igreja a equacionar o dilema da *sexualidade* na *Encarnação*, como lhe foi possível intuir muito cedo o dilema *particular-universal* em Cristo. Após séculos de um hiato uniformizante, a Igreja volta a valorizar a construção da unidade da fé sobre a diversidade cultural da humanidade.

# A ESPIRITUALIDADE ESCALABRINIANA NO CENTENÁRIO DA OBRA NO BRASIL

*Em resumo: Desinstalação. Renúncia à estabilidade.  
Disponibilidade. Não ter projetos pré-fixados.  
Espírito aberto aos apelos divinos.  
Dedicação. Consagrar totalmente a vida à causa religiosa.*

**Riolando Azzi**

Neste ano de 1988 celebrou-se o centenário da vinda dos escalabrinianos para o Brasil. O Instituto dos Missionários de São Carlos foi fundado pelo bispo de Placência, João Batista Scalabrini, com a finalidade específica de proporcionar assistência religiosa aos imigrantes italianos.

Neste estudo pretendo dedicar uma atenção especial à análise do carisma escalabriniano, e da espiritualidade que o envolve.

Três aspectos, a meu ver, marcam de modo expressivo a orientação espiritual dada pelo fundador a seus religiosos: a perspectiva missionária, a visão eclesial e o compromisso social.

Dessa forma, o modelo de religioso idealizado por Scalabrini consiste, antes de tudo, numa pessoa profundamente imbuída do elan missionário, ao qual deseja dedicar

a sua vida. Simultaneamente, porém, deve estar também profundamente vinculado ao projeto pastoral da Igreja, mediante suas concretizações específicas nas diversas regiões do mundo. Por último, o religioso deve estar atento aos apelos sociais decorrentes do processo histórico, fazendo com que a desinstalação provocada pelo apelo missionário corresponda em seguida uma atitude de vida comprometida com os direitos sociais dos mais pobres e necessitados.

Trata-se aqui de apresentar o projeto "ideal" traçado pelo fundador, e que nem sempre, evidentemente, foi vivido em plenitude pelos seus discípulos e seguidores.

Aliás, graças a um convite recebido dos escalabrinianos, elaborei um projeto de publicar uma obra em quatro volumes sobre esses cem anos de presença no Brasil, fundamentada nos documentos dos ar-

quívos que me foram colocados à disposição. O 1º e o 2º volumes já estão sendo publicados pelas Edições Paulinas, sob o título *A Igreja e os Migrantes*.

Esse estudo permite verificar a contribuição positiva e as limitações da obra escalabriniana. O conhecimento desse passado, por sua vez, deve estimular os atuais religiosos num esforço de maior compromisso e fidelidade com relação à sua missão. Daí a importância também desta análise da espiritualidade escalabriniana em suas diversas dimensões.

## I — A DIMENSÃO MISSIONARIA

Uma das marcas registradas do instituto religioso fundado por Scalabrini é sem dúvida o caráter missionário. Daí ter ele vinculado e submetido desde o início o seu projeto à congregação da Cúria Romana encarregada da Propagação da Fé.

Segundo o bispo de Placência, de fato, havia uma analogia bastante grande entre os migrantes, carentes de assistência religiosa, e os pagãos e os infiéis, educados fora dos princípios da fé. Conforme suas palavras, muitos migrantes “vivem e morrem sem ver a face de um sacerdote, sem ouvir uma palavra de religião, sem receber os sacramentos, vivendo e morrendo como animais”.

Por isso, nessa mesma carta datada de 11 de janeiro de 1887, ele escrevia ao cardeal Simeoni, prefeito da *Propaganda Fide*:

“São feitos tantos e generosos esforços para a conversão dos infiéis, e deixaremos perecer os nossos compatriotas já católicos? Não será o caso, Eminência, de pensar em uma associação de padres italianos, que tivesse por finalidade a assistência espiritual dos italianos emigrados para as Américas, que os amparassem na saída e na chegada, e por quanto possível providenciassem ao seu futuro como cristãos” (1)?

É dentro dessa perspectiva que o primeiro artigo do Regulamento da Congregação dos Missionários para os Emigrantes, redigido por Scalabrini, estabelecia:

“É constituída na Itália, sob a alta dependência da *Propaganda Fide* e sob a imediata direção de um superior geral, nomeado pela própria *Propaganda*, uma Congregação de Missionários para as colônias italianas, especialmente na América” (2).

O regulamento de fato foi aprovado pela congregação da *Propaganda Fide* em 1888, *ad experimentum*.

Num folheto impresso no ano precedente, contendo normas para a aceitação dos sócios, afirma-se que o referido instituto constitui “quase um apêndice da *Propaganda Fide*” (3).

Por conseguinte, mais do que nos aspectos institucionais das antigas ordens e congregações religiosas, Scalabrini insistia com força na tônica missionária do novo instituto.

Tradicionalmente o termo "missionário" era utilizado para designar aqueles religiosos que deixavam sua pátria para trabalhar entre as populações indígenas da América, entre as populações negras da África, ou ainda entre os povos da Ásia, cujas culturas haviam desabrochado fora da influência do cristianismo.

Os religiosos de Scalabrini não se enquadravam dentro desses parâmetros. Tudo indica, portanto, que o termo "missionário" escolhido pelo fundador estava vinculado com a espiritualidade que ele desejava inocular nos seus discípulos.

Na mente do bispo de Placência, ser missionário significava, em primeiro lugar, romper com os vínculos da própria família e com a própria pátria, tornando-se assim o religioso totalmente disponível ao novo serviço de Deus, ao qual haveria de dedicar-se com todas as veras de sua alma.

O primeiro elemento forte dessa espiritualidade era, portanto, a "desinstalação". Ingressar no instituto de Scalabrini significava tomar como ponto de partida a renúncia à estabilidade que a vida paroquial comumente oferecia aos padres do clero secular.

A característica missionária, portanto, implicava num compromisso com um estilo de vida marcado pelo heroísmo, com o abandono do conforto da vida social a que se estava habituado, com uma ruptura com os laços familiares e mesmo com a renúncia às aspirações de promoção dentro da própria "car-

reira" sacerdotal. A "missão" supunha basicamente uma atitude de despojamento em relação aos valores considerados normais dentro da própria vida sacerdotal.

Por isso, no primeiro regulamento elaborado para os seus missionários, o fundador estabelecia:

"Obrigam-se os missionários a emitir, antes de partir, o juramento de não conservar, como próprios, dinheiro ou quaisquer objetos que lhes foram oferecidos, mas de tudo entregar ao superior da Pia Associação, regressando assim às respectivas dioceses no mesmo estado em que as haviam deixado" (4).

Convém ter presente que nesse período inicial do instituto, Scalabrini pensava na possibilidade de uma atividade missionária por tempo limitado.

São bem significativas as palavras que o bispo de Placência pronunciou a 12 de julho de 1888, perante o primeiro grupo de missionários que deixava a Itália:

"São almas generosas, que tendo desposado a pobreza de Cristo, abandonam o conforto, as honras, a pátria, as doçuras domésticas, e quanto há no mundo de mais ternamente querido, e voam entusiasmadas em socorro dos nossos compatriotas emigrados além do oceano" (5).

Mas essa opção missionária trazia consigo outra exigência: a "disponibilidade".

Disponibilidade significava fundamentalmente não ter projetos prefixados, mas manter o espírito

aberto aos apelos divinos, expressos através dos sinais dos tempos, ou seja, das necessidades concretas daqueles que seriam o objeto da ação missionária.

Ser missionário significava não apenas despojar-se dos próprios bens, mas até mesmo dos próprios "pre-conceitos".

Os escalabrinianos deveriam ter uma atitude diversa daquela de muitos padres seculares os quais haviam emigrado, mas buscando também eles, em modo análogo a seus próprios compatriotas, uma nova instalação nas terras americanas.

Na já citada carta ao cardeal Simeoni, em que comunicava sua decisão de fundar logo um instituto em favor dos emigrantes, Scalabrini indicava também o modelo de missionário que tinha diante dos olhos:

"Está aqui comigo aquele santo homem Mons. Belásio, que Vossa Excia. conhece, o qual estaria pronto para partir hoje mesmo, totalmente disposto a passar de colônia em colônia missionando aqueles pobres abandonados, e a abrigar-se lá debaixo de uma árvore, disposto a morrer quando o Senhor o chamar."

E acrescentava com esperança:

"O seu exemplo poderia ter imitadores, e Deus não poderia deixar de abençoar a obra deles" (6).

Monsenhor Belásio, porém, morreu pouco depois, a 13 de junho de 1888, aos 76 anos de idade. Mas, não faltaram na congregação nascente exemplos de grande dis-

ponibilidade à causa dos migrantes, como o do jovem José Marchetti, falecido a 14 de dezembro de 1896, com apenas 27 anos completos. Nessa mesma data, o Pe. Natal Pigato informava a Scalabrini:

"Morreu um santo. Estava pronto para o céu. Deus o quis no seu eterno repouso. Extremamente cansado, consumido pelas fadigas, devorado pelos contínuos sacrifícios por seus orfãozinhos, pelos quais não descansou nunca nem de dia nem de noite para dar-lhes um pão, terminou sua vida deixando-nos nas mãos da Providência" (7).

Fora exatamente a disponibilidade ao serviço de Deus que inspirara a Marchetti a fundação do Orfanato Cristóvão Colombo, conforme assinalava mais tarde o próprio Scalabrini:

"A bordo do navio em que viajava o meu missionário Pe. José Marchetti, anteriormente professor do seminário de Lucca, morria uma jovem esposa, deixando o marido sozinho e desesperado. O missionário, para consolar o infeliz que pretendia jogar-se no mar, prometeu tomar o menino a seus cuidados; e como prometeu, assim o fez."

E mais adiante o bispo acrescenta:

"Batendo de porta em porta, conseguiu confiar o orfãozinho ao porteiro de uma casa religiosa. Naquele momento brilhou em sua mente a idéia de fundar um orfanato para os filhos dos italianos em São Paulo, para onde se dirigiu, e com ingentes sacrifícios obteve realmente o seu intento" (8).

No conceito de Scalabrini, portanto, não se tratava apenas de desinstalação das antigas preocupações e desinteresse por eventuais sucessos e promoções sociais, mas a aquisição desse espírito de liberdade deveria tornar o missionário disponível para um empenho redobrado na sua atividade apostólica.

Por essa razão, no discurso pronunciado a 10 de dezembro de 1890 e endereçado a um grupo de missionários que partiam, o prelado declarava:

“Mostrai sempre mais que o vosso zelo iguala ao vosso desinteresse, e que em Deus e somente nele está a resposta de toda a vossa esperança, que de Deus e somente dele esperais a recompensa, e que nunca cessareis das fadigas apostólicas, enquanto houver infelizes para consolar, ignorantes para instruir, pobres para evangelizar, almas para salvar” (9).

Conseqüentemente, o terceiro elemento fundante da espiritualidade missionária era a “dedicação”. Ser missionário significava estar disposto a consagrar totalmente a vida à causa religiosa. Dedicção missionária, segundo Scalabrini, significava ter um coração de apóstolo. Por isso, num folheto publicado a 3 de dezembro de 1887, ele designa a sua fundação como *Instituto Apostólico dos Missionários para as colônias italianas no exterior*.

Ao contrário do que ocorria com freqüência entre os migrantes, e até mesmo entre os membros do clero secular, que vinham para a América em busca do enriqueci-

mento próprio — “fare l’América”, como se dizia então — os missionários de São Carlos deveriam estar apenas orientados para o bem espiritual dos seus assistidos. Conforme a terminologia da época, deveriam estar preocupados com a salvação das almas, e não com os próprios interesses.

É dentro dessa perspectiva que Scalabrini prescrevia no primeiro regulamento do instituto:

“É absolutamente indispensável que os aspirantes se distingam... pelo zelo apostólico na salvação das almas” (10).

Por isso, numa justificativa da fundação do instituto, Scalabrini escrevia a R. Merry del Val, em data de 5 de maio de 1905:

“Nem todos os sacerdotes que se dedicam ao cuidado espiritual dos emigrantes, possuem os dotes necessários de zelo, piedade e abnegação adequados a um bom missionário. Muitos pelo contrário, prostituem o seu ministério, mercadejando as coisas sagradas, tornando-se verdadeiros caçadores de ouro, e não de almas” (11).

A preocupação do prelado com o bem espiritual dos migrantes era tão marcante, que chegava a considerar como secundária a sustentação econômica do instituto por ele próprio fundado.

De fato, em carta de 31 de janeiro de 1908, endereçada ao sucessor de Scalabrini, o Pe. Vicentini, o escalabriniano Antônio Segnifreddo narrava este tópico sugestivo:

“Quando o falecido superior Dom Scalabrini mandou-me para cá, perguntou: Qual o programa que você vai realizar entre aqueles pobres colonos? Eu lhe respondi: o que mandar V. Excia. Se mandar reunir alguma coisa para o instituto, então me adaptarei a um programa pecuniário. Mas ele cortou-me a palavra dizendo: *Charitas Christi urget nos*. E assim tenho feito”(12).

Foi exatamente com a finalidade de propor aos seus religiosos um verdadeiro modelo de dedicação que Scalabrini escolheu São Carlos Borromeu como patrono da congregação:

“Será vosso orgulho, portanto, chamar-vos de ora em diante *Missionários de São Carlos*. São Carlos! Ele era, como muito bem dito, um daqueles homens de ação que não hesitam, não se dividem, não retrocedem nunca; que em cada ato colocam toda a força da própria convicção, toda a energia da própria vontade, toda a inteireza do próprio caráter, todo o seu ser, e triunfam”(13).

São Carlos Borromeu era apresentado, portanto, como um exemplo de dedicação total à causa de Deus, e era sob o seu patrocínio e estímulo que os escalabrinianos deveriam consagrar-se à causa dos imigrantes.

Por isso, no primeiro regulamento, o bispo de Placência traça o seguinte perfil de seus religiosos:

“O missionário, como operário evangélico, deve recordar-se que está obrigado a difundir através da

sua vida o bom odor de Cristo, e pregar o evangelho mais com o exemplo do que com as palavras”(14).

## II — A DIMENSÃO ECLESIAL

Se por um lado o enfoque missionário deveria colocar o instituto de Scalabrini como uma ponta de lança na divulgação da mensagem evangélica, por outro o prelado insistia também em que os seus religiosos mantivessem sempre no peito o amor à Igreja. Uma das expressões fortes do carisma escalabriniano consiste exatamente nesse “sentire cum Ecclesia”.

O século XIX foi marcado por um forte ultramontanismo, que culminou com a proclamação do dogma da infalibilidade pontifícia. Também para Scalabrini o papa deveria ser considerado como o sacramento da unidade. Mas ele ia mais além, insistindo também na vinculação dos seus religiosos como os projetos pastorais das igrejas diocesanas. Mais ainda: defendia mesmo a participação das forças vivas da comunidade no movimento de ação católica, do qual ele próprio se tornou um dos pioneiros. Fiel, porém, ao espírito eclesial da época, não deixa de ressaltar a importância da absoluta fidelidade ao papa. Num documento endereçado às instituições católicas da diocese ele declara:

“Diletísimos: se somos verdadeiramente cristãos, se somos católicos, de verdade, devemos querer aquilo que quer o papa e como o quer o papa; devemos querê-lo abertamente, constantemente, de bom grado, sem distinções e sub-

terfúgios de espécie alguma. Devemos seguir o papa, não precedê-lo. Devemos abandonar-nos tranquilos e submissos à sua paterna autoridade; ter confiança ilimitada nele, pois apenas ele tem luzes especiais de Deus, como também o conhecimento das condições e das necessidades da família cristã. Ele e somente ele é o juiz autorizado daquilo que os tempos e as circunstâncias exigem, como também da orientação que a ação católica deve ter para ser verdadeiramente útil e frutuosa” (15).

De forma alguma, porém, Scalabrini era adepto de uma obediência “cega” à autoridade pontifícia. Como bispo, ele se sentia também responsável pelo futuro da Igreja, e lutou com firmeza pelas posições que lhe pareciam mais adequadas para o desenvolvimento da fé católica no mundo.

Divergindo da orientação da Cúria Romana, intransigente em apregoar a ruptura com o Estado italiano unificado após 1870, o bispo de Placência juntamente com outros prelados, como o bispo de Cremona Bonomelli, defenderam a necessidade de uma união entre a fé e a pátria. Essa atitude foi considerada “liberal” e condenada pela Santa Sé.

Diante da intransigência da Cúria Romana, Bonomelli escrevia a Scalabrini a 10 de setembro de 1890:

“Nós bispos somos agora conduzidos pela mão, como crianças, e nos dizem: você deve fazer isto e não deve fazer aquilo. Vão puxar nossas fraldas para cima e para

baixo, à vontade, mesmo com o risco de fazer-nos sujá-las! Meu Deus! A que ficou reduzido o episcopado, sem direito a nenhuma iniciativa” (16).

Scalabrini por sua vez lhe respondia no dia 18 do mesmo mês:

“Parece mesmo que estamos assistindo a uma representação de marionetes. Mas o pior é que nos obrigam a fazer a figura dos bonequinhos. Infelizmente, Roma não é sempre a terra da coerência, e assim tudo se explica, escrevia-me a esse respeito um excelente prelado. Este sistema tem também as suas vantagens, pois certas medidas tomadas *ab irato* se modificam quando o tempo é tranquilo, e resplandece a luz da razão” (17).

Vendo que nem após a morte de Pio IX a orientação da Cúria mostrava-se mais aberta, esses prelados começaram a desanimar em sua luta. A 10 de julho de 1893 Scalabrini desencorajado, escrevia a Bonomelli a respeito de Leão XIII, que tinha então 83 anos:

“O que se pode fazer? É sempre a mesma música, desafinada... Já o sabeis: as épocas nas quais reinaram papas decrépitos foram sempre fatais. É a ordem natural das coisas. Creio que a nossa vai superar todas as outras. O papa tem certamente reta intenção, mas persuadido como está de dominar sozinho a posição, é impossível que perceba sequer de longe o verdadeiro estado das coisas” (18).

Exatamente para contrapor-se ao centralismo e ao autoritarismo da Cúria Romana, Scalabrini enfati-

zava a importância da atuação episcopal em suas respectivas dioceses.

Ele próprio, aliás, mostrara-se sempre um bispo corajoso e empreendedor, com um projeto definido de atuação pastoral em sua diocese, onde deu grande destaque a renovação catequética.

Seu grande exemplo, por sua vez, era o bispo Carlos Borromeu, o grande promotor da reforma tridentina na diocese de Milão.

Característica da espiritualidade escalabriniana era exatamente a perspectiva da importância das igrejas locais, reunidas ao redor da figura do bispo. De fato, no primeiro regulamento da congregação, Scalabrini prescrevia aos seus religiosos:

“No exercício de seu ministério, tanto no que se refere ao lugar quanto à maneira de ser levado avante, dependerão em tudo dos bispos, sob cuja jurisdição se encontram, recorrendo a eles para qualquer dispensa ou faculdade, como sabem fazer os sacerdotes seculares da Itália” (19).

Por isso, entre as normas dadas a seus missionários, incluía esta:

“Obediência antes de tudo aos Venerandos Pastores das dioceses americanas. Recordai-vos, ó meus caros, que executais o sagrado ministério no campo reservado à sua imediata jurisdição, que somente eles são os juizes ordinários e legítimos das obras que se referem ao bem espiritual dos fiéis confiados a seus cuidados, bem como do tempo e do modo mais oportuno para

iniciá-las e conduzi-las a termo. Evitai, portanto, de iniciar qualquer atividade sem o beneplácito daquele que o Espírito Santo colocou para dirigir as dioceses nas quais vos encontrais” (20).

Segundo Scalabrini, era necessário que se prestigiasse também o colegiado do episcopado. Diante do ultramontanismo intransigente do jornal *Osservatore Cattolico* de Milão, dirigido pelo Pe. Albertario, que se vangloriava do apoio direto do papa, atacando a atuação pastoral dos bispos, Scalabrini queixava-se a Bonomelli:

“Um corpo de bispo não tem mais autoridade para fazer frear dois padres, e que padres!” (21).

De fato, Albertario declarava em seu jornal, no dia 11 de outubro de 1882:

“Por quanto nos consta, não existe exército no mundo onde o soldado seja obrigado a obedecer ao oficial e ao coronel, e não atender às ordens do general, quando as conhece... Não sabeis que a maior alegria de um bispo católico é não ter a responsabilidade de comando? Oh! Como é necessário na Igreja de hoje um mestre único, o papa! O papa basta!” (22).

Se por um lado, Scalabrini tinha bem claro em sua mente que o poder papal não devia ofuscar nem impedir a lucidez e discernimento dos bispos em sua atuação pastoral, resistindo à tentação de um absolutismo monárquico na Igreja, por outro o prelado estava também convencido de que os clérigos não

deviam considerar-se como “donos” da Igreja, mas manter-se sempre abertos para receber a colaboração dos leigos.

Scalabrini vai ainda mais além. Numa época em que a Igreja se caracterizava por um acentuado clericalismo, procurava incentivar mesmo a participação do laicato.

É extremamente significativo que a 16 de outubro de 1896 tenha ele publicado uma carta pastoral com o sugestivo título de *Ação Católica*.

Segundo ele, diante do avanço do espírito laicista, os cristãos deveriam unir-se para a restauração do espírito cristão dentro da sociedade:

“É este, de fato, irmãos e filhos meus, o fim da ação católica: promover, com uma organização correspondente às exigências dos tempos, este movimento de retorno, já atuante na consciência de todas as pessoas honestas: reconduzir Jesus Cristo na escola, nos costumes, na família, na sociedade” (23).

A grande novidade do documento parece-me que está justamente na ênfase sobre a importância do laicato no âmbito da instituição eclesiástica:

“A ação do clero deve andar harmoniosamente conjunta com a ação do laicato. Contra a Igreja leiga de Satanás deve opor-se, não apenas a força sacerdotal, mas também a força leiga da Igreja de Jesus Cristo. São as duas forças unidas que Deus reservou em todo o tempo a vitória” (24).

Essa perspectiva, aliás, havia ele expresso na páscoa de 1881, ao inaugurar as comissões paroquiais:

“Seria um erro gravíssimo crer que a defesa da religião constitua uma obrigação exclusiva do clero, quando na verdade é dever geral de todos os que a professem... Assim como a Igreja é formada de clero e de leigos, assim também não pode estar o clero sem os leigos, nem estes sem o clero” (25).

A participação do laicato devia estender-se tanto à área política como à esfera sócio-econômica, com especial atenção aos problemas e às necessidades da classe operária.

Scalabrini, de fato, tornou-se não apenas um defensor da participação leiga nas atividades eclesiais, mas até mesmo um seu incentivador, como ocorreu diante do fenômeno da imigração.

O prelado mostrou-se extremamente atento diante desse grande problema social da Itália em fins do século passado. Promoveu, portanto, a organização de uma comissão de leigos que se preocupasse fundamentalmente com os problemas sócio-econômicos decorrentes do fluxo migratório. Ao indicar os limites da ação política do governo declarava:

“Senhores! Qual imenso campo aberto diante da atividade do clero e do laicato nestas simples palavras: orientar e proteger os emigrantes! Orientar e proteger a emigração, seja tornando mais intensa a ação de governo e da lei, seja su-

prindo as inevitáveis lacunas de uma e de outra”.

E acrescentava:

“As necessidades a que estão sujeitos os nossos emigrantes podem dividir-se em morais e materiais, e eu desejava que uma associação de Patronato surgisse na Itália de forma a atender a essa dupla necessidade”.

De fato, sob sua inspiração, foi fundado tal associação inspirada em uma instituição análoga da Alemanha, denominada São Rafael, e destinada a oferecer a assistência aos emigrantes:

“Minha iniciativa encontrou conforto e auxílio na ação eficaz de um considerável grupo de pessoas que me estão próximas. Dessa forma, no ano passado, estabeleci em Placência a Comissão Central da Associação do Patronato para emigração italiana” (26).

Enquanto aos leigos caberia uma atenção especial às necessidades materiais dos emigrantes, aos clérigos caberia uma preocupação mais específica com a assistência religiosa. E para prover a essas necessidades Scalabrini fundou a Congregação dos Missionários de São Carlos.

### III — A DIMENSÃO SOCIAL

Embora tenha iniciado este estudo pela análise da dimensão missionária da espiritualidade escalabriniana, não resta dúvida de que o principal estímulo para a fundação do instituto foi a necessidade de

oferecer uma resposta concreta ao problema social da emigração.

Além do ultramontanismo, ou seja, de uma supervalorização da instituição eclesiástica, outra marca específica da Igreja no século XIX foi sua opção bem definida pela dimensão espiritual da vida. Em oposição ao crescente bem-estar e conforto gerado pelo avanço da burguesia industrial, a hierarquia eclesiástica insistia na importância da “salvação das almas”.

Numerosos institutos religiosos, aliás, foram fundados nesse período tendo como carisma essa perspectiva sobrenatural. É evidente que o prelado de Placência também assinalava a importância do aspecto espiritual na vida humana. Mas o motivo principal que o levou a fundar um instituto religioso foi a reação diante do drama social dos emigrantes, como ele próprio descreveu num opúsculo publicado em junho de 1887:

“Em Milão, há vários anos, assisti a uma cena que me deixou na alma um sentimento de profunda tristeza.

“Passando pela estação vi o salão, os pórticos laterais e a praça vizinha tomadas por trezentas ou quatrocentas pessoas mal vestidas, divididas em diversos grupos. Sobre suas faces bronzeadas pelo sol e sulcadas pelas rugas precoces que a penúria soube imprimir, transparecia a agitação de sentimentos que invadiam seus corações naquele momento. Eram anciãos curvados pela idade e pelas fadigas, homens na flor da idade; senhoras que ar-

rastavam os filhinhos atrás de si, ou os carregavam ao colo; meninos e meninas, todos irmanados por um só pensamento e guiados por uma única meta.

“Eram migrantes. Pertenciam a várias províncias da Alta Itália, e com trepidação esperavam o trem que os levaria para as praias do Mediterrâneo, donde zarpariam para as longínquas Américas, com a esperança de terem menos hostil a fortuna e a terra menos ingrata a seus suores” (27).

É claro que, em se tratando de um instituto de clérigos, onde os irmãos leigos ocupavam uma posição secundária, a grande tarefa confiada por Scalabrini a seus congregados foi a assistência religiosa aos emigrantes.

De início, Scalabrini pensou que seria possível mesmo uma ação no sentido de desestimular a emigração, em vista dos problemas que ela acarretava. Mas pouco a pouco se persuadiu que tal atitude seria infrutífera:

“Mas infelizmente na maior parte dos casos não se consegue, e é necessário aceitar a emigração como uma dolorosa necessidade. *Ou roubar ou emigrar*, é o terrível dilema que ouvi mais de uma vez da boca dos pobres artesãos e camponeses” (28).

A assistência religiosa, na mente do prelado, devia cobrir todo o percurso realizado pelos migrantes. Os religiosos deviam assisti-los desde os portos da Europa, acompanhando-os durante a viagem por mar, e ajudando finalmente a instalar-se

nos locais aos quais eram destinados.

Exatamente pelo fato de serem em geral os migrantes camponeses, mais necessária parecia a Scalabrini a assistência religiosa, por lhes faltar a cultura das classes mais favorecidas:

“No filho da gleba, o conceito de religião está intimamente unido ao do templo e do sacerdote. Onde esteja silenciado todo o aparato religioso sensível, ele esquece pouco a pouco os seus deveres para com Deus, e a vida cristã dos seus espíritos se depauperava e morre” (29).

Foi exatamente a verificação do abandono religioso em que viviam os emigrantes na América que serviu de estímulo para a fundação do seu instituto. De fato, a 11 de janeiro de 1887, ele escrevia ao prefeito da congregação *De Propaganda Fide*, expondo a necessidade da fundação, a partir deste quadro bem expressivo:

“Alguns meses atrás esteve comigo várias vezes um meu antigo discípulo no seminário de Como, agora sacerdote e professor, o qual teve que fazer uma viagem à América para rever o seu pai e sua família. Ficou profundamente comovido e triste ao ver o abandono religioso em que se encontravam centenas de milhares de italianos para lá emigrados. Existem grupos que formaram paróquias de várias centenas de almas, que vivem e morrem sem ver a face de um padre, sem ouvir uma palavra de religião, sem receber os sacramentos, vivendo e morrendo como animais” (30).

Além da assistência religiosa, os seus congregados deveriam também ter uma atenção especial com a manutenção da língua e das tradições italianas entre os colonos.

Na perspectiva de Scalabrini, o aspecto cultural era parte fundamental no esforço de preservação da fé dos emigrantes. O bispo de Placência julgava indispensável, para manter a fé entre os seus compatriotas, a conservação dos valores culturais de sua terra de origem. Caso contrário, segundo ele, com a perda das tradições e costumes italianos ocorreria também o esmorecimento das convicções religiosas. A preservação da cultura italiana tornava-se assim condição imprescindível para o florescimento da religião entre os colonos emigrados para a América.

Por isso, no primeiro regulamento elaborado para a sua congregação ele prescrevia:

“Dever-se-á manter viva a língua e a cultura italiana” (31).

Numa entrevista concedida em dezembro de 1901, Scalabrini declarava:

“Convenci-me cada vez mais de que os nossos emigrados conservam a nacionalidade para conservar a religião católica, que de outra forma se perderia, e vice-versa. A religião e a pátria não se podem cindir. É necessário, portanto, que o emigrado encontre por toda a parte a nossa igreja e a nossa escola” (32).

Não obstante, o prelado mostrou-se também atento ao risco de que

na nova terra os emigrantes constituíssem um verdadeiro gueto. Assim sendo, em entrevista concedida nos Estados Unidos a 1º de setembro de 1901, ele exortava aos italianos:

“Observai os costumes do país que vos hospeda. Conformai-vos a eles por quanto vos seja possível. Aprendei a falar inglês, mas não olvideis a vossa doce língua materna” (33).

A mesma idéia, aliás, foi repetida pelo prelado numa entrevista concedida ao jornal *Fanfulla* de São Paulo, em data de 10 de julho de 1904. Não escondia a importância que dava à cultura italiana para preservar a própria fé dos emigrantes:

“Na minha longa viagem à América do Norte, não fiz senão repetir aos nossos compatriotas estas palavras: a língua italiana. É este o segredo para poderem ser fortes e unidos. A língua inglesa é necessária para o comércio, para a vida de hoje; a conservação da língua italiana é um fator principal para a vida íntima, moral, familiar. Além disso, enquanto o homem fala a *sua* língua, não perde a fé. Direi isso também nesta viagem” (34).

Fé e italianidade, portanto, era o binômio que devia marcar a atuação dos religiosos de Scalabrini entre os seus compatriotas emigrados para a América.

Ao mesmo tempo em que enfatizava o aspecto religioso e cultural, Scalabrini desejava também que os seus religiosos estivessem atentos

às necessidades sócio-econômicas dos emigrantes.

A 19 de setembro de 1888 a Santa Sé aprovou para uma experiência de cinco anos o Regulamento da Congregação dos Missionários para os Emigrantes, vinculado diretamente à Sagrada Congregação da Propaganda da Fé. A finalidade do instituto ficou assim delineada:

“Manter viva a fé católica no coração dos nossos compatriotas emigrados, e, na medida do possível, buscar o seu bem-estar moral, social e econômico.

A congregação manterá esses objetivos:

1º enviando missionários ou mestres onde as necessidades dos migrantes o requeiram;

2º erigindo igrejas e capelas nos vários centros de colonização italiana e fundando casas de missionários onde possam difundir sua ação civilizadora mediante visitas periódicas;

3º estabelecendo escolas para ensinar aos filhos dos emigrados, junto com as primeiras noções da fé, os elementos de nossa língua, de matemática e de história da pátria;

4º encaminhando aos estudos eclesiásticos os filhos de colonos que dão indícios de serem chamados ao estado sacerdotal;

5º organizando comissões que auxiliem, orientem e acompanhem os migrantes nos portos de embarque e desembarque;

6º assistindo-os durante a viagem marítima, seja exercendo o sagrado ministério, seja socorrendo-os em casos de doença;

7º favorecendo e promovendo as organizações e obras que se julgarem mais aptas para conservar a religião católica e a cultura italiana entre os emigrantes” (35).

Como se pode observar, embora dando destaque ao aspecto religioso e cultural, Scalabrini abria também as portas para outras atividades relativas ao bem social e econômico dos emigrantes, como o socorro em caso de doenças.

Em 1904, de fato, o Ministério das Relações Exteriores da Itália colocava à disposição da congregação de Scalabrini uma quantia de seis mil liras para a promoção de dispensários farmacêuticos no Espírito Santo. Em sua resposta, Scalabrini declarava:

“Esta doação é prova indubitável de que o importante item de nossa emigração é devidamente apreciado por esse Régio Ministério, e isto é consolador. Ajudando tão validamente a obra multiforme dos nossos missionários, cumpre obra altamente moral e cívica, e se torna altamente benemérito do nosso amado país” (36).

Entre a multiforme atividade dos seus missionários no Brasil, Scalabrini viu sempre com muito carinho a fundação do Orfanato Cristóvão Colombo em São Paulo, destinado a acolher preferencialmente os filhos órfãos de emigrantes italianos.

Anos depois, os escalabrinianos no Rio Grande do Sul se tornaram pioneiros na introdução do espírito de cooperativismo entre os colonos italianos.

## CONCLUSÃO

A celebração do centenário da presença no Brasil deve servir de estímulo aos escalabrinianos para reavivarem a espiritualidade do fundador.

Muito oportunamente, durante o capítulo geral da congregação realizado em 1980, passaram a ser considerados como destinatários da obra escalabriniana "todos aqueles que, por causa das migrações, por necessidades verdadeiras, exigem um cuidado pastoral específico". E o próprio termo "migrante" foi enquadrado dentro dos seguintes parâmetros:

1º Aqueles que, por qualquer motivo, se encontram fora da própria pátria ou da própria comunidade étnica.

2º Aqueles que, por causa das migrações internas, venham a viver em situações análogas, por diferenças étnicas e sócio-culturais.

3º Os marítimos.

Embora nem todos os religiosos de Scalabrini possam atuar hoje como missionários no sentido tradicional de abandonar a própria pátria, o importante é manter aquele espírito de desapego, disponibilidade e dedicação apregoado pelo fundador nas múltiplas atividades desenvolvidas em prol dos migrantes. De

fato, ao colocar a etiqueta "missionária" como marca registrada do seu instituto, Scalabrini recusava-se a fundar mais uma congregação de clérigos regulares, segundo o modelo padronizado da Cúria Romana, após o Concílio de Trento, e cuja especificidade se reduziria apenas a hábitos, práticas ou devoções diversas, atuando porém na mesma esfera de obras assistenciais e educativas.

O caráter missionário vinculava o instituto escalabriniano a uma das matrizes fundantes da própria comunidade eclesial, ou seja, a missão apostólica, da qual São Paulo é sem dúvida a expressão mais significativa.

Alguns fundadores, aliás, criaram modos típicos de vida para seus religiosos. Pode-se assim falar de espiritualidades diversas: A "pobreza" franciscana, a "estabilidade" beneditina, a "obediência" jesuítica. Na perspectiva de Scalabrini, o modo de vida religioso de seus discípulos é todo ele pautado pela própria espiritualidade emergente da Igreja em sua trajetória histórica. Dessa forma, se Scalabrini tornou-se um "servo de Deus" dentro do modelo de Igreja hierárquica estruturado no Concílio de Trento e fortalecido no Vaticano I, cabe a seus discípulos e seguidores encontrar a santidade dentro do modelo de Igreja Povo de Deus promovido pelo Vaticano II. Na nova concepção eclesial, a ênfase é dada ao aspecto de participação comunitária, sendo a autoridade vista prioritariamente como serviço.

Eis alguns elementos fundamentais da nova perspectiva, elencados pelo jesuíta Marcello Azevedo:

“ — passagem da hegemonia eclesiástica do clérigo à significação e presença eclesial e ativa do leigo e da religiosa no processo evangelizador e apostólico da Igreja;

“ — a passagem do fiel cristão, como objeto terminal do esforço evangelizador, para o fiel cristão, como sujeito incoativo e progressivo de sua própria evangelização e de sua irradiação sobre o mundo;

“ — a passagem de uma Igreja hierárquica e institucional, orientada a tutelar e manter, a defender e conservar, ao modelo de uma Igreja que, fiel a si mesma, dispõe-se no entanto a acolher, e não raro, a induzir e conduzir a mudança; uma Igreja aberta a transformar-se, ao nível das pessoas e das estruturas, a ponto de referendar e legitimar no seu seio a vitalidade de pequenas comunidades nelas entrevendo promessas e reconhecendo fecundidade eclesial” (37).

É esta a linha prioritária de ação da CNBB, e é sob suas diretrizes pastorais que os escalabrinianos devem alinhar-se. É necessário, como apregoava Scalabrini, manter-se unido ao “corpo do episcopado”, e não àqueles poucos que, persistindo ainda num ultramontanismo intransigente, procuram diminuir a autoridade episcopal para apelar diretamente aos setores mais conservadores da Cúria Romana, da qual o cardeal Ratzinger é hoje uma das expressões bastante significativas. De fato, em seu relatório sobre os

vinte anos de vigência do Concílio Vaticano II, procurou diminuir o significado das Conferências episcopais, afirmando que “não possuem base teológica, não fazem parte da estrutura indispensável da Igreja, assim como foi querida por Cristo, possuem apenas uma função prática concreta” (38).

Não seria talvez mais uma tentativa da Cúria de reduzir o episcopado ao papel de “marionetes”, como já denunciara Scalabrini no século passado?

Teria talvez a Cúria Romana, organizada sob o modelo do Império Romano e do Império Medieval, um embasamento teológico mais sólido, fazendo assim parte da estrutura indispensável da Igreja querida por Cristo?

Aqui na América Latina, o modelo Igreja Povo de Deus assume ainda características próprias com as orientações das assembleias episcopais de Medellín e Puebla, enfatizando a opção preferencial pelos pobres.

É a partir desse novo horizonte que os religiosos escalabrinianos devem prosseguir suas atividades sociais em prol dos emigrantes.

Também sob esse aspecto, os elementos apresentados por Marcello Azevedo me parecem extremamente ricos, e bem próximos de algumas intuições do próprio Scalabrini:

“ — a passagem do enfoque marcadamente espiritualizante para uma concepção global da pessoa humana, enquanto destinatária da evangelização: o todo material e es-

piritual, alma e corpo, indivíduo e comunidade, sociedade e cultura, todas as dimensões do ser humano e da humanidade devem ser evangelizados a fundo;

“— a passagem da concepção de transformação efetuada sempre de cima para baixo, ou apenas no plano jurídico e organizacional, para a valorização intensa da criatividade, de baixo para cima; suscitam-se aqui novos padrões de relações sociais, ao nível das comunidades e dentro da Igreja, fundadas sobre a participação e comunhão; por aí dinamizam-se não só o processo de evangelização como a própria vida interna da instituição eclesial;

“— a passagem do primado da elaboração ou tematização teórica, como requisito prévio ou propedêutico no projeto de evangelizar, para a atenção à realidade e à experiência vivida, como ponto de partida da reflexão ou como referencial prioritário e permanente da vivência ulterior, e da assimilação, constante e sempre nova, dos elementos teóricos adquiridos já ou anteriormente estabelecidos e oferecidos” (39).

São balizamentos extremamente ricos, a meu ver, para uma nova atuação pastoral dos escalabrinianos.

Em síntese, a espiritualidade escalabriniana atua em três esferas distintas, mas intimamente ligadas entre si.

A nível individual, exige de cada membro do instituto um espírito verdadeiramente missionário e apostólico, capaz de atuar como pioneirismo na obra evangelizadora, entendida no seu sentido mais amplo de expressão.

A nível institucional, requer simultaneamente que essa atuação esteja sempre vinculada a uma comunidade de fé, esperança e amor, organizada ou em formação, fiel às diretrizes pastorais do episcopado brasileiro, enquanto expressão da visibilidade da Igreja Católica em nossa pátria. É através da mediação desse corpo episcopal atuante e responsável, e não por cima ou à margem dele, que os escalabrinianos, fiéis à espiritualidade do fundador, se unem ao pontificado romano, como expressão e sacramento da unidade cristã.

A nível social, os escalabrinianos devem considerar sua atuação em prol da pessoa integral dos migrantes como um verdadeiro instrumento de crescimento espiritual. Nessa tarefa, respeitando fundamentalmente os valores culturais e religiosos procurarão também dinamizá-los em busca de uma sociedade mais justa, onde sejam verdadeiramente respeitados os direitos do homem, com relação à alimentação, à moradia, ao trabalho, à educação, à religião, e até mesmo ao lazer, elementos indispensáveis para uma plenitude de vida.

## NOTAS

(1) Francesconi, Mario, **Giovanni Battista Scalabrini, vescovo di Piacenza e**

**degli emigrati**, Roma, Città Nuova Editrice, 1987, p. 984. (2) Francesconi, Ma-

rio, o.c., p. 1006. (3) Francesconi, Mario, o.c., p. 1003. (4) Scalabrini, João Batista, **A Emigração Italiana na América**, Porto Alegre, EST, 1979, pp. 30-32. (5) Arquivo Geral Escalabriniano, Roma. (6) Francesconi, Mario, o.c., p. 984. (7) Arquivo Geral Escalabriniano, Roma. (8) Scalabrini, João Batista, o.c., pp. 186-187. (9) Arquivo Geral Escalabriniano, Roma. (10) Scalabrini, João Batista, o.c., pp. 30-32. (11) Francesconi, Mario, o.c., p. 1011. (12) Arquivo Geral Escalabriniano, Roma. (13) Francesconi, Mario, o.c., p. 1013-4. (14) Francesconi, Mario, o.c., p. 1006-7. (15) Francesconi, Mario, o.c., p. 864. (16) Francesconi, Mario, o.c., p. 766. (17) Francesconi, Mario, o.c., p. 766. (18) Francesconi, Mario, o.c., p. 772-3. (19) Scalabrini, João Batista, o.c., p. 16. (20) Scalabrini, Giovanni Battista, **Ai missionari per gli italiani nelle Americhe**, Placência, 1892, p. 7. (21) Francesconi, Mario, o.c., p. 1203. (22) **L'Osservatore Cattolico**, 11/10/1882. (23) Scalabrini, Giovanni, Battista, **Azione Cattolica. Pastorale di Mons. Vescovo di Piacenza**,

**16.X.1896**, Placência, 1896, p. 78. (24) Scalabrini, Giovanni, Battista, o.c., p. 78. (25) Francesconi, Mario, o.c., p. 789. (26) Francesconi, Mario, o.c. (27) Scalabrini, João Batista, **A Emigração Italiana na América**, Porto Alegre, EST, 1971, pp. 43-44. (28) Francesconi, Mario, o.c., p. 932. (29) Francesconi, Mario, o.c., p. 948. (30) Francesconi, Mario, o.c., p. 984. (31) Francesconi, Mario, o.c., p. 1007. (32) Francesconi, Mario, o.c., p. 963. (33) Francesconi, Mario, o.c., p. 963. (34) Scalabrini, Giovanni Battista, **Scritti**, Roma, 1980, volume II, parte II, p. 312-313. (35) Scalabrini, João Batista, **A Emigração Italiana na América**, Porto Alegre, EST, 1979, pp. 30-32. (36) Arquivo Geral Escalabriniano, Roma. (37) Azevedo, Marcello de Carvalho, **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**, São Paulo, Edições Loyola, 1986, pp. 381-382. (38) Beozzo, José Oscar (org.). **O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana**, São Paulo, Ed. Paulinas, 1985, p. 55. (39) Azevedo, Marcello de Carvalho, o.c., p. 381-382. □

---

### **Evangelização vinculada ao poder pode ser adequada?**

Difícilmente, ou antes, **NÃO**. Tal evangelização passa, em grande parte, a ser instrumentalizada para servir aos interesses do poder. A ciência nos dá hoje consciência de que a vinculação, neste caso, cria dependência, impõe os desvalores do poder e despoja dos valores do Evangelho. Leia a página 131.

### **Povo: objeto ou sujeito da evangelização?**

O povo não é, sobretudo, objeto direto da evangelização. Deve constituir-se em presença ativa e protagonista envolvido no processo apostólico. Na perspectiva da nova concepção conciliar de Igreja Povo de Deus, o traço definidor é este: "a passagem do fiel cristão, como objeto terminal do esforço evangelizador, para o fiel cristão, como sujeito incoativo e progressivo de sua própria evangelização e de sua irradiação sobre o mundo" (*Marcello Azevedo, SJ*).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299  
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
1 de abril de 1989

Os Bispos do Brasil, reunidos em Assembléia, de 4 a 14 de abril de 1989, em Itaici, SP, trataram das **exigências ÉTICAS** para uma nova ordem institucional. Sabe-se, de ciência bem sabida, que o problema crucial, atualmente, não é o político nem o econômico. É uma questão de costume e mentalidade: **consistência razoável no padrão de comportamento**. Não temos muita prática neste assunto. Pelo contrário, a flexibilidade brasileira — o jeitinho — é louvado em prosa e verso. Mas o seu reverso começa a tomar uma forma de desorientação alarmante, indício veemente de anemia do nervo ético.

Tudo tem a sua história. **O Brasil se transformou velozmente nas últimas décadas**. Do ponto de vista macro-econômico, um verdadeiro sucesso. Não é performance irrelevante passar do quadragésimo lugar para um dos dez primeiros entre as economias industrializadas. Mas **este desenvolvimento abriu um vácuo, sem fronteiras**, com relação ao que não é puramente econômico, ou seja, aos valores do espírito, pontos de referência inelutáveis para não se mergulhar no atoleiro da indefinição moral. **O regime militar de 1964** tratou de realizar a modernização com a implacabilidade que tinha a ver com a consciência de que, sendo um regime de exceção, não podia durar. Mas como durou! Até a maioria cronológica! **Modernizou num contexto de economicismo** que deixou de lado todos os demais valores. Construiu sobre bases frágeis e nada confiáveis: o Brasil antigo com todas as suas taras.

Se com mão de ferro um país pode crescer muito depressa, não se pode, com isto, substituir o crescimento moral de um povo. Hoje, a dessincronia destas realidades perturba e ameaça. Por isso, este momento é sobretudo perigoso. Temos imensas riquezas materiais que aguçam a cobiça do estrangeiro (!). Mas, **onde ficaram nossas reservas morais?** Como fundar uma axiologia do trabalho e da responsabilidade, da honra e da coragem, da correção e da seriedade, da dignidade e da retidão de caráter, da honestidade de propósitos? O cenário, ao redor, só oferece **a apoteose dos excessos** da mediocridade, da vulgaridade, da pusilanimidade e das aberrações do comportamento. Campeiam o amoralismo e a filosofia da esperteza. Este enredo de novela não interessa ao Brasil.

Há brasileiros que desanimam — talvez sem razão — do Brasil de hoje. Mas, é verdade, subsiste um sentimento de ceticismo insuportável, um desencanto nacional, uma sensação de que **o país foi entregue às máfias**: máfia das drogas, máfia da justiça, máfia do trânsito, máfia da corrupção, máfia da fiscalização amolecida à base de suborno e propina, máfia dos traficantes de influência, máfia da inércia planejada ou da ativa cumplicidade das autoridades, máfia desta malta de políticos regidamente pagos mas desocupados e vezeiros, **máfia de todas as excrescências sociais. Tudo entra de cambulhada**. Nada e ninguém fica imune. As coisas estão colocadas em nível de sarjeta, subordinadas à lógica e às regras do banditismo moral.

A inquietação de nossa época se deve a este fato: **os velhos valores se banalizaram e os códigos de dignidade já não atraem**, nem foram substituídos por novos que outorguem sentido moral às rotinas da vida. Cria-se, então, uma ausência de qualquer preceito ou crença espiritual que expõe as pessoas às influências de uma cultura mercantilizada e às manipulações dos meios de comunicação social e de entretenimento frenético.

Para quem tem fé, nem tudo está perdido, porém. O que parece utopia ou vôo imaginário pode ainda virar realidade. Cada um se convença. **O homem deve reformar-se. Corrigir-se. Converter-se**. Um tempo de construções aguarda a humanidade. Faça-se cada um reflexo antecipado desta esperança. **Deus, para quem nada é impossível**, pode fazer germinar um novo tipo de cidadão. Pode emprestar eficácia ao grito da cidadania. Pode fazer a integridade pessoal e a moralidade pública marcar encontro neste país. E acordar nas consciências **o princípio de toda ética**, o caráter transcendente e absoluto da distinção entre o bem e o mal; hoje, implícita ou explicitamente negado. Deus nos ouça.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, sempre ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável

Convergência e Publicações CRB